



Expansão da demanda leva a Log a acelerar aportes de R\$ 1,5 bi

Estimativa de conclusão de investimentos previstos até 2024 é antecipada para o fim do próximo ano



O crescimento intenso do setor logístico no País, junto com o comércio eletrônico, avança o desempenho da Log Commercial Properties

Impulsionada pela expansão do setor logístico no País, principalmente do vinculado ao comércio eletrônico, a Log Commercial Properties, empresa que atua na incorporação, construção, comercialização de condomínios logísticos, que tem os donos da MRV como principais acionistas, está acelerando os investimentos. O aquecimento da demanda e de projetos levou a empresa a antecipar a estimativa de conclusão de aportes de R\$ 1,5 bilhão, inicialmente previstos até 2024, para o fim de 2022.

O CEO da Log, Sérgio Fischer, afirma que os R\$ 500 milhões programados para 2021 foram investidos apenas nos três primeiros meses do ano. A empresa já planeja o adendo de mais R\$ 250 milhões e deverá encerrar o exercício com, no mínimo, R\$ 750 milhões aportados no aumento da Área Bruta Locável (ABL).

No primeiro trimestre, o movimento ascendente do setor logístico alavancou o crescimento das operações da Log. O lucro líquido atingiu R\$ 122,1 milhões e o Ebitda, R\$ 143,6 milhões, o que representa um salto de 598,2% e 440,2%, respectivamente, frente ao mesmo período de 2020. A vacância estabilizada no fim do primeiro trimestre chegou a 2,58%, recorde da companhia. **Pág. 7**

Cemig prepara um IPO para atrair capital para a Gasmig

Visando maior eficiência, eficácia e transparência de gestão, a Cemig planeja realizar um IPO da Gasmig, com alienação de 25% do capital, afirmou ontem o diretor financeiro da companhia, Leonardo George de Magalhães, durante evento com investidores. A empresa pretende potencializar a presença da Gasmig em Minas, com aportes de R\$ 1 bilhão até 2025. O IPO poderá atrair investimentos estrangeiros para a Gasmig. **Pág. 5**

Produção das indústrias de Minas Gerais registra avanço

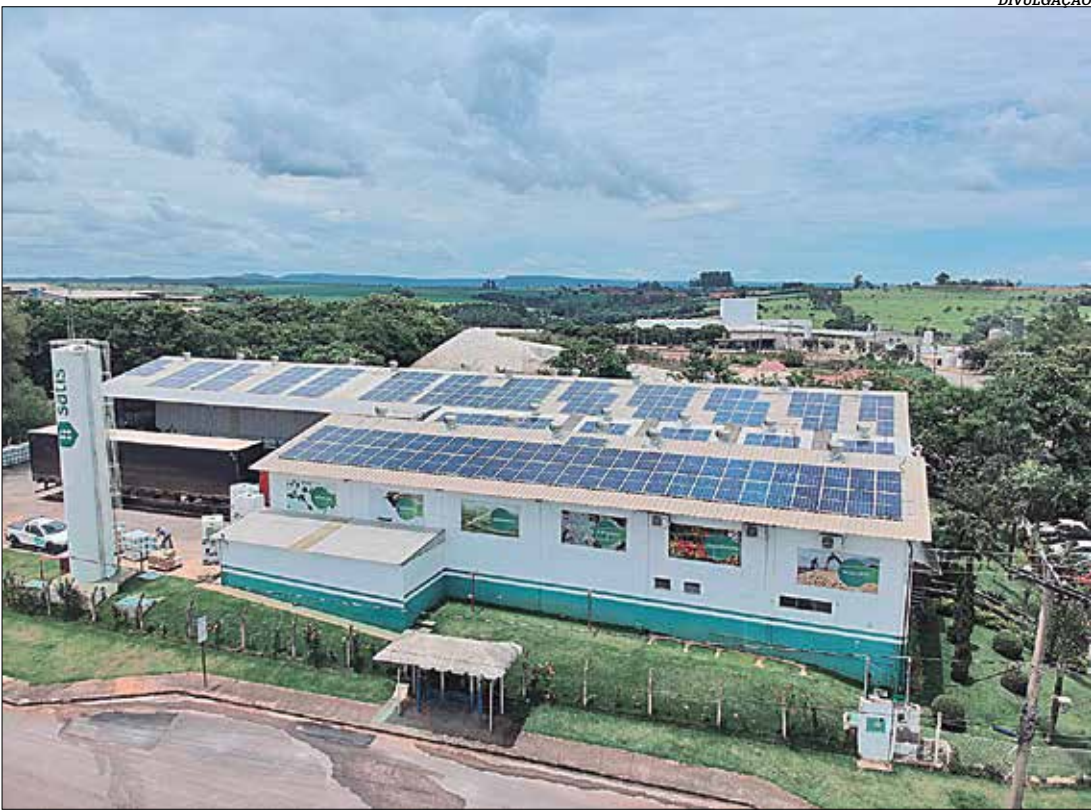
Pelo terceiro trimestre consecutivo, a escassez e o alto custo das matérias-primas foram apontados como os principais desafios enfrentados pelas indústrias mineiras. Mesmo assim, a sondagem da Fiemg indica que a produção em março subiu 5,1 pontos em relação a fevereiro e 16,5 pontos frente ao mesmo mês de 2020. Os empresários continuam otimistas quanto às expectativas para os próximos seis meses. **Pág. 9**



A construção em Minas foi responsável pela geração de 6.243 empregos em março

Estado mantém saldo positivo de empregos em março

Apesar da queda frente a fevereiro, o saldo de empregos em Minas Gerais foi positivo em março. Segundo o Caged, foram criados 35.592 postos de trabalho no mês passado, com 181.792 contratações e 146.200 demissões. Em fevereiro, o superávit foi de 50.820. No primeiro trimestre, 108.109 vagas foram abertas no Estado. O setor de serviços gerou 12.950 empregos, seguido pela indústria (7.246) e construção (6.243). **Pág. 4**



A Satis já economiza quase R\$ 90 mil por ano com painéis fotovoltaicos em Araxá

Satis amplia uso de energia solar para abastecer planta em Araxá

Especializada em produtos de nutrição vegetal foliar, a Satis investiu R\$ 180 mil na instalação de painéis solares para abastecer a sua sede em Araxá, no Alto Paranaíba. Em 2020, a empresa já havia gerado 97.987,5 kWh, na planta de Araxá. O excedente foi enviado para compensar a demanda de energia de suas outras unidades. Foram instalados 202 painéis fotovoltaicos, adicionando mais de 8.000 kWh/mês, o que representa uma economia anual de quase R\$ 90 mil. **Pág. 12**

EDITORIAL

Reforma política no Brasil é assunto bastante antigo e, sem que seja necessário recuar ainda mais no tempo, passou a ser uma das bandeiras na redemocratização, iniciada como algo comparável a um arranjo de acomodação. O atual presidente foi mais um dos que prometeu fazer diferente, apresentando a nova política em que definitivamente não haveria espaço para a corrupção e ninguém mais ousaria repetir que “é dando que se recebe”, espécie de mantra que de um sistema que banca um pluripartidarismo de conveniência e onde, não havendo espaço para uma construção comum, a única ideologia e o único projeto que prevalecem é o da quase sempre despuadora conveniência. **“A ratoeira brasileira”,** **pág. 2**

ARTIGOS

Pág. 2

O transporte é coletivo

(Antonio Anastasia)

A “terceira via” entra em cena

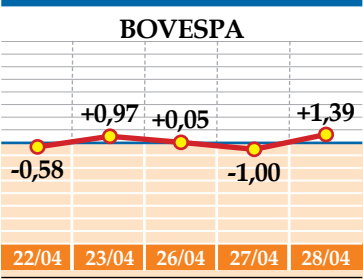
(Cesar Vanucci)



Dólar - dia 28
Comercial
Compra: R\$ 5,3610 Venda: R\$ 5,3620
Turismo
Compra: R\$ 5,3670 Venda: R\$ 5,5370
Ptax (BC)
Compra: R\$ 5,3999 Venda: R\$ 5,4005

Euro - dia 28
Compra: R\$ 6,5312 Venda: R\$ 6,5341
Ouro - dia 28
Nova York (onça-troy): US\$ 1.781,68
BM&F (g): R\$ 308,03

TR (dia 29):	0,0000%
Poupança (dia 29):	0,1590%
IPCA-IBGE (Março):	0,93%
IPCA-Ipead (Março):	1,24%
IGP-M (Março):	2,94%



Minas cria mais de 35 mil vagas em março

Apesar da geração de postos de trabalho, número mostrou desaceleração no ritmo do Estado, seguindo tendência do País

JULIANA SIQUEIRA

O saldo de empregos em Minas Gerais continuou positivo em março, apesar de

menor do que o verificado em fevereiro. No mês passado, foram criadas 35.592 vagas de trabalho, com um total de 181.792 admissões e 146.200

desligamentos. No segundo mês do ano, foram 50.820. No primeiro trimestre, já são 108.109 novas vagas no Estado.

reio para março também é vista no País de maneira geral, uma vez que em março foram gerados 184.140 novos postos de trabalho contra 395.166 no

mês anterior. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Apesar de os números representarem um avanço frente a igual período do ano passado, quando o saldo de empregos foi negativo no Estado (-19.836), especialistas têm destacado que as bases comparativas são diferentes.

Conforme explicou o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec BH) Paulo Casaca, a metodologia do Caged foi modificada. Se antes eram computados somente os dados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), agora também entram as informações do eSocial, mais amplo, o que resulta em mais categorias abarcadas e, conseqüentemente, em uma tendência de elevação dos números.

Mesmo assim, os dados ainda são positivos. De acordo com o Caged de março, somente o setor de serviços foi o responsável pela geração de 12.950 postos de trabalho. Em segundo lugar, ficou a indústria, com 7.246.

Economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Izak Silva destaca que os resultados em março superaram as ex-

pectativas. Entretanto, lembra-me, é importante perceber que alguns dos setores industriais que mais contrataram no último mês, como o de vestuário e veículos, foram justamente aqueles que mais sofreram ao longo da pandemia da Covid-19.

“Está havendo uma recuperação de uma parcela do nível de produção, com a contratação de mais trabalhadores”,

“Essa implementação da onda roxa levou ao fechamento de grande parte do comércio, o que pode impactar negativamente o nível de emprego logo em abril”

diz. “A parte boa é que estão contratando e recuperando”, salienta.

Silva também lembra que o Estado e o País ainda enfrentam a pandemia da Covid-19 e que as medidas de distanciamento social, que foram adotadas mais uma vez intensamente com o agravamento da propagação da doença, poderão refletir no mercado de trabalho nos próximos meses.

Mais destaques – Ainda segundo o Caged, a construção, a agropecuária e o comércio também apresentaram saldo positivo de vagas de emprego em março em Minas Gerais, com 6.243, 5.029 e 4.124 postos de trabalho, respectivamente.

Economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), Gabriela Martins salienta que um dos motivos que contribuíram para os números positivos de emprego no Estado foi a reabertura do comércio, além de fatores sazonais.

“Esse aumento pode ser explicado principalmente pela reabertura do comércio, que teve uma ascensão depois do segundo semestre de 2020. Essa abertura veio até março na maioria dos municípios de Minas Gerais. E também pela sazonalidade histórica que existe no fim do ano. Sempre em dezembro tem um aumento do nível de emprego, já historicamente”, diz ela.

Entretanto, lembra a economista, posteriormente houve medidas muito restritivas no Estado em meio ao agravamento da pandemia da Covid-19, com a adoção da chamada onda roxa. Isso pode acabar impactando os números, de acordo com ela.

“Essa implementação da onda roxa levou ao fechamento de grande parte do comércio, o que pode impactar negativamente o nível de emprego logo em abril”, afirma.

Já em relação às perspectivas de longo prazo, Gabriela Martins salienta as incertezas. “As perspectivas de longo prazo ainda são muito incertas porque a retomada da economia depende grandemente da resolução do cenário da pandemia. E essa resolução só vai acontecer com uma vacinação em massa. Então, enquanto a gente não tiver uma perspectiva de uma vacinação em massa, um aumento do número de vacinação e uma maior rapidez, a gente não consegue ter uma perspectiva muito certa”, afirma.

PARQUE EOLICO LARANJEIRAS IX S.A.						
CNPJ/ME nº 21.815.934/0001-51						
Relatório da Administração						
Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.						
Balanças Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
	2020	2019	Passivo	2020	2019	
Ativo	19.684	5.256	Passivo circulante	20.614	2.761	
Ativo circulante	12.090	3.013	Fornecedores	716	274	
Caixa e equivalentes de caixa	7.464	2.191	Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.940	1.006	
Clientes	130	52	Obrigações trabalhistas e tributárias	482	-	
Outros créditos	130	52	Otras obrigações	16.476	1.481	
Ativo não circulante	128.420	131.343	Passivo não circulante	96.440	106.375	
Caixa restrito LP	3.322	3.074	Empréstimos, financiamentos e debêntures LP	96.048	89.599	
Clientes LP	1.879	1.887	IRPJ e CSLL diferidos Passivo	162	-	
Imobilizado	123.219	126.382	Obrigações com partes relacionadas	-	16.776	
	123.219	126.382	Otras obrigações LP	230	109.136	
Total do Ativo	148.104	136.599	Total do passivo	117.058	109.136	
			Patrimônio líquido	31.059	27.463	
			Capital social	27.335	27.335	
			Reserva de lucros	3.716	128	
			Total do passivo e patrimônio líquido	148.104	136.599	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
	2020	2019		2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Demonstrações de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
Lucro líquido	4.653	181	Receita operacional líquida	25.489	18.351	
Ajustes:			Custos da operação, conservação e compras	(10.722)	(9.705)	
Depreciação e Amortização	5.101	3.007	Lucro bruto	14.767	8.646	
Impostos diferidos	162	-	Receitas (despesas) operacionais	(578)	(2.011)	
	9.916	3.188	Outras receitas (despesas) operacionais	(47)	-	
Variação dos ativos e passivos operacionais			Total das receitas (despesas) operacionais	(625)	(2011)	
Clientes	(5.265)	(4.078)	Receitas financeiras	154	311	
Outros créditos	(78)	10	Despesas financeiras	(8.796)	(6.765)	
Otras receitas (despesas) operacionais	442	(920)	Receitas (despesas) financeiras líquidas	(8.642)	(6.454)	
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	482	Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	5.500	181	
Outras contas a pagar	15.225	1.479	IRPJ e CSLL	(847)	-	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.722	(321)	Lucro líquido do exercício	4.653	181	
Atividades de investimento				2020	2019	
Movimentação do imobilizado	(1.938)	(26.610)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(9.459)	4.419	
Aplicações financeiras	(248)	(3.074)	Variação do caixa e equivalentes de caixa	9.077	(25.586)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.187)	(29.684)	No início do período	3.013	28.599	
Atividades de financiamento			No fim do período	12.090	3.013	
Obrigações com partes relacionadas	(16.776)	(45.334)				
Movimentação dos empréstimos	8.383	49.792				
Movimentações patrimoniais (capital, dividendos e outras)	(1.065)	390				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	27.334	(13)	-	27.321		
Aumento de capital/AFAC	1	-	-	1		
Constituição de reserva de lucros	-	141	(141)	-		
Resultado do exercício	-	181	181	362		
Outros	-	(40)	(40)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.335	128	-	27.463		
Constituição de reserva de lucros	-	(1.065)	1.065	-		
Resultado do exercício	-	4.653	4.653	9.308		
Dividendos e outros	-	(1.065)	(1.065)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.335	(937)	4.653	31.051		
Notas Explicativas			Diretoria Executiva			
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.			Antônio Augusto Torres de Bastos			
			Thiago Linhares			
			Andrea Sztajn			
			William Franco de Oliveira			
			Contador CRC SP 256.533-0-3			

DELTA 8 ENERGIA S.A.											
CNPJ/ME nº 30.853.820/0001-97											
Relatório da Administração											
Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)											

Relatório da Administração			
Aos acionistas da Coboquio Securitizadora de Créditos S/A - Senhores Acionistas, a Administração da Coboquio Securitizadora de Créditos S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação das V.Sas. o Relatório da Administração e os correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31/12/2020 comparativas a 31/12/2019. A companhia é uma sociedade por ações constituída em 14/11/2018 de acordo com as leis brasileiras			
Balanco Patrimonial - Ativo	Nota	2020	2019
Ativo circulante		91.900.1.000	73.228.942
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.785.204	6.236.595
Direitos creditórios a receber	6	89.705.820	63.920.814
Impostos a compensar		1.756	12.534
Outros Créditos		1.404.220	-
Ativo Não Circulante		2.850.500	500
Investimentos		2.850.500	500
Total do Ativo		94.751.500	70.230.442
Balanco Patrimonial - Passivo	Nota	2020	2019
Passivo circulante		50.682.599	22.705.043
Obrigações tributárias		73.994	8.995
Obrigações trabalhistas e sociais		22.420	-
Outras obrigações	7	6.874.355	5.350.236
Títulos e valores mob. CRI e CRA	8	40.708.831	14.965.974
Títulos e valores mob. Debêntures	8	3.002.999	2.379.834
Passivo Não Circulante		43.691.582	47.191.817
Títulos e valores mob. Debêntures	8	40.841.582	47.191.817
Empréstimos e Financiamentos		2.850.000	-
Patrimônio líquido	9	377.319	333.582
Capital social		10.000	10.000
Reserva Legal		2.000	-
Reserva de Lucros		365.319	323.582
Total do Passivo		94.751.500	70.230.442

Notas Explicativas da Administração

1. Contexto Operacional: A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.

A Coboquio Securitizadora de Créditos S/A é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 16.093.908/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no Estado de São Paulo, sob o nº 000.000.000/0001-00, com o endereço: Rua da Consolação, 1000, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01302-907.</

[illegible]

	2020	2019
Fluxo de Caixa	44.320.975	104.839.926
ativ. operacionais	43.737	44.949.912
do IRLP e CSLL		
de tit. e val. mobil.	44.277.238	10.396.014
de concessões e contas ativas		
de pensar	(25.785.006)	(63.920.814)
de aplicação das contas passivas	10.778	(12.534)
ações (exceto IR e CS)	(1.404.222)	
de títulos e obrigações	73.513	2.007
de ações	22.420	
nas operações	1.524.119	5.350.236
ativ. operacionais	21.612.579	(47.731.179)
de investimento	(8.517)	(1.253.387)
nas atividades de financiamentos	21.604.062	(47.844.517)
de investimentos	(2.850.000)	(500)
nas atividades de financiamentos	(2.850.000)	(500)
Capital Social		9.000
de ações	2.850.000	
de valores mobiliários	55.113.040	89.954.186
de valores mobiliários	(41.686.777)	(35.812.575)
de valores mobiliários	(40.547.317)	
de caixa e equiv. caixa	(24.312.452)	54.150.611
de caixa e equiv. caixa	(5.307.390)	6.295.594

[illegible][illegible][illegible]

Relatório do Auditor Independente

Aos administradores e acionistas da Cobocruz Securitizadora de Créditos S.A.,
Nossa OMC: Opco Investimentos em Participações S.A., a Companhia Cobocruz
Securitizadora de Créditos S.A., que compreendem o balanço patrimonial de
31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente,
das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo
nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, os procedimentos
de auditoria realizados e as respectivas conclusões, com base nas demonstrações
contábeis acima referidas apresentadas adequadamente, em todos os aspectos
relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cobocruz Securitizadora de
Créditos S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os procedimentos
contábeis adotados no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". A administração é responsável por preparar as demonstrações contábeis em conformidade com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprir com as demais responsabilidades éticas de acordo com a legislação aplicável. Nossa responsabilidade é emitir uma opinião sobre a adequação apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria ao exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no relatório de auditoria detalhado, o qual contém as respectivas conclusões, a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem com-

e Valores Mobiliários (Nota 8): As emissões de debêntures garantidas por recebíveis de crédito de 2020 a 2024. Efeetuamos inspeções de certificação, certificado de recebíveis imobiliários e de validade de captação de recursos para attingimento de emissões de certificados de recebíveis imobiliários e de validade de captação de recursos para attingimento de emissões de debêntures, estas encerradas na Junta do estado, na CVM e publicadas na circulação. Devido à relevância, esse assunto constitui um ponto crítico de auditoria. Os procedimentos de auditoria incluíram testes relacionados a emissão de certificados de recebíveis mobiliários e debêntures, testes aos fatos para esses valores mobiliários estatísticos e de validade de captação de recursos para attingimento de emissões de debêntures e de validade de captação de recursos para attingimento de emissões de debêntures, para a data-base de 31/12/2020. **Valorização (Nota 12):** As operações da Cia. são voltadas para aquisição de direitos creditórios imobiliários, do agronegócio e de outros setores econômicos, para prestação de serviços relacionados a operações de crédito. Entendemos que estas operações exigem análise, decorrente da aquisição de créditos por meio de sucessivo preço finalizado, a ser pago e subsequente perseguição de cobrança, sendo necessário avaliar a qualidade da análise de créditos e confirmações de operação de recebíveis, bem como o montante

[illegible]

Brasil, Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis, assim como pelos controles internos que ela determina. A auditoria independente é realizada com o intuito de emitir uma opinião relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Capacidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e a auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, é planejada para dar suporte a essa opinião, o que e a auditoria seja planejada e executada com o rigor e a objetividade razoável de que as demonstrações financeiras estão corretas.

Relevância: Uma auditoria envolve a execução de procedimentos planejados e realizados de maneira independente e com objetividade sobre as demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados para cada elemento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, são avaliados de acordo com a natureza, a extensão, a avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos da entidade, a natureza e o grau de risco de distorção das demonstrações financeiras. A auditoria é planejada para dar suporte a uma opinião relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Objetividade: A auditoria independente é planejada e executada com o rigor e a objetividade razoável de que as demonstrações financeiras estão corretas, assim como pelos controles internos da entidade. A auditoria inclui, também, a avaliação dos riscos de distorção das demonstrações financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da documentação das demonstrações tomadas em conjunto. Acredita-se que a auditoria obtida é suficiente e apropriada para dar suporte a uma opinião relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Assinatura: CRC/PR 005560/0-1 TSC – MG; **Juliano dos Santos** Contador, CRC/PR 051.229/0-8 TSC – MG; **Sidnei Moratelli**, Contador, CRC/SP 19.026/0-7 TSC – MG.

tabais Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determina. Assim, a auditoria não é responsável por assegurar a ausência de distorções ou asceras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa avaliação envolve o uso de julgamento e de técnicas éticas pelos auditores e a que auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos planejados e executados com o objetivo de obter evidências suficientes e apropriadas apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos da entidade e os procedimentos de controle que a administração aplica às suas demonstrações financeiras da PCA, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da PCA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundar nossa opinião. **Responsabilidade dos administradores e controladores:** Os administradores e controladores são responsáveis por assegurar a veracidade das demonstrações financeiras. **Independentes SMC, CRC/PA 005560/0-1 E SC - S. MG; Juliano dos Santos Machado, SMC, CRC/PA 051.229/0-8 S. MG; Sideni Moratelli, SMC Responsável, Contador, CRC/SP 19.206/0-7 S. MG.**

VACINA DA UFMG

PBH vai garantir segunda fase de testes

Instituição de ensino deverá receber R\$ 30 milhões para o desenvolvimento do imunizante contra o coronavírus

SANDRA CARVALHO

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) garantirá a continuidade de parte dos testes da vacina contra a Covid-19, que vem sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ontem, o prefeito Alexandre Kalil afirmou, em entrevista à TV Globo, que o município repassará os R\$ 30 milhões necessários para a fase dois da pesquisa, que inclui testes em um grupo menor de humanos.

Embora esteja sendo desenvolvida em uma instituição federal, a União ainda não liberou os recursos necessários ao imunizante da UFMG. Ao contrário, neste ano, há previsão de corte de R\$ 40 milhões no custeio da universidade, o que corresponde a 18,9% de todo o orçamento da instituição, segundo informações da reitoria, repassadas em reunião pública na Assembleia

Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Nesse cenário, os responsáveis pela vacina precisam dos recursos federais, mas têm tentado viabilizar fases do estudo junto a outras esferas governamentais, diante da emergência pandêmica vivida pelo País.

O convênio que será firmado entre a PBH e a UFMG está em fase de redação. Os recursos têm origem no caixa do Executivo e serão liberados em parcelas mensais, conforme evolução das etapas da pesquisa da UFMG. Diante da escassez de vacinas, o prefeito da Capital vê o imunizante como uma alternativa.

“Isso é investimento em ciência. A UFMG foi escolhida como a universidade federal número 1 do Brasil. É um motivo de orgulho de BH e Minas Gerais. Então, a prefeitura vai garantir, sim, a continuidade dos estudos da fase 2 da vacina da UFMG”, afirmou Kalil na entrevista.

Há ainda possibilidade de que a vacina da UFMG receba outros R\$ 30 milhões oriundos do acordo do governo do Estado com a mineradora Vale, em função da tragédia de Brumadinho. A destinação ainda será votada pela ALMG.

“Isso é investimento em ciência. A UFMG foi escolhida como a universidade federal número 1 do Brasil. É um motivo de orgulho de BH e Minas Gerais”

Fase 3 - De acordo com uma das coordenadoras da pesquisa, Ana Paula Fernandes, na fase seguinte, a três, que precisa ser autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), seriam necessários ainda em torno de

R\$ 300 milhões. Nessa etapa, os testes serão feitos em um grupo maior, entre 10 mil e 20 mil pessoas.

“Todos esses recursos são muito importantes e bem-vindos. É preciso ter a perspectiva de que temos condições de ter aqui um grande centro biotecnológico de desenvolvimento, não apenas da vacina da Covid, mas uma importante estrutura para inúmeras outras vacinas”, disse a pesquisadora, que é professora titular da Faculdade de Farmácia da UFMG. Ana Paula Fernandes afirmou que, caso todos os recursos necessários sejam viabilizados, a vacina mineira poderá estar disponível já no próximo ano.

O imunizante da UFMG utiliza plataforma tradicional, o que garante baixo custo e desenvolvimento mais simples e rápido. Segundo a universidade, o produto é do tipo quimera proteica,

que cria anticorpos e células T de proteção. Nas primeiras etapas do estudo, a vacina propiciou 100% de proteção a camundongos. No dia 15 de abril, foram iniciados testes em primatas. Segundo a reitora da UFMG, Sandra

Regina Goulart Almeida, a vacina é uma das três em estágio mais avançado de testes no Brasil e poderia começar a ser produzida em 2022 em uma parceria junto à Fundação Ezequiel Dias (Funed).

Produção em MG poderá ficar a cargo da Funed

Após a conclusão dos testes do imunizante e autorização de produção por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a fabricação da vacina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) poderia ser feita na Fundação Ezequiel Dias (Funed). As tratativas sobre essa possibilidade já foram iniciadas entre universidade e governo do Estado.

A planta da fundação, localizada no bairro Gameleira, região Oeste da Capital, precisaria passar por alguns ajustes para produzir a vacina, segundo adiantou no início de março ao DIÁRIO DO COMÉRCIO,

o presidente da Funed, Dario Brock Ramalho. Segundo ele, seriam necessários investimentos em adequações.

Mas a vacina da UFMG não seria a única opção da Funed. Brock informou à época que a fundação está viabilizando parceria junto à Covaxx, divisão da norte-americana United Biomedical, para transferência de tecnologia e produção do imunizante. Nesse caso, a fundação precisaria passar por grandes adaptações estruturais. A Covaxx está com os estudos avançados e entrou na fase 3, que realiza testes em humanos. (SC)



NOTA DE FALECIMENTO

Pedro Paulo Fatorelli Carneiro

★ 1947 † 2021

É com imenso pesar e tristeza que comunicamos o falecimento do nosso fundador **Pedro Paulo Fatorelli Carneiro**, na noite desta terça-feira, dia 27 de abril de 2021, em decorrência de complicações clínicas após tratamento da Covid-19.

Pedro Paulo foi um homem de coragem e determinação ímpar, dotado de grande energia e carisma. Aos 48 anos, fundou a **MULTILIFT**, empresa que liderou por 25 anos, sempre com brio e paixão, nos deixando um legado de incomparável empreendedorismo e imenso companheirismo construído ao longo de toda sua brilhante carreira e permanência entre nós.

Personificava a dedicação e a determinação, liderou pelo exemplo com simplicidade e seriedade, com muita coragem para fazer o certo da maneira certa. Com sua enorme generosidade e otimismo, sua porta sempre estava aberta. Foi um grande líder dentro da empresa e em várias entidades empresariais onde atuou com notória integridade ética, contribuindo de forma significativa para construção de uma sociedade mais justa e melhor.

Dedicou sua vida à família, à empresa, aos amigos e a várias causas sociais. O legado deixado por nosso querido Pedro Paulo será o nosso Norte por várias gerações.

Amava seu país, era mineiro de nascença e capixaba de alma e de coração. Em 1971, casou-se com sua querida esposa Mara, com quem teve 2 filhos e 2 netos. Viveu intensamente e foi muito amado e querido.

O empresário deixa a esposa, se filho, nora e dois netos, e se juntará ao seu filho caçula Gustavo, falecido em 2001.

MULTILIFT

MEBR PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 13.450.997/0001-23		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	6	2.511
Contas a receber de clientes	107	1.107
Contas a receber de partes relacionadas	102.238	8.156
Impostos e contribuições a recuperar	72	200
Outros ativos	134	351
Total do ativo circulante	102.557	11.325
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	69.352	100.496
Imobilizado	63	64
Total do ativo não circulante	69.415	100.560
TOTAL DO ATIVO	171.972	111.885
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE		
Forneecedores	24	24
Partes relacionadas	2.603	18.971
Outros passivos	158.947	14.925
Total do passivo circulante	161.578	44.980
NÃO CIRCULANTE		
Impostos renda e contribuição social diferidos	1.914	2.140
Total do passivo não circulante	1.914	2.140
Total do passivo	163.492	47.120
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	53.127	53.127
Reserva legal	-	954
Ajuste de avaliação patrimonial	3.827	4.267
Reserva de lucros	-	6.417
Prejuízos acumulados	(48.474)	-
Total do patrimônio líquido	8.480	64.765
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.972	111.885
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:		
Resultado da equivalência patrimonial	(30.917)	4.143
Despesas gerais e administrativas	(39)	(79)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	-	(4)
Lucro (Prejuízo) Operacional	9.035.224	4.729.486
ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
RESULTADO FINANCEIRO	(30.956)	4.060
Receitas financeiras	394	109
Despesas financeiras	(25.723)	(1.846)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(25.329)	(1.737)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(56.285)	2.323
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(56.285)	2.323
Lucro (Prejuízo) por ação	(1.5826)	0,0653
Diretoria:		
Mario Rui Sousa de Oliveira Couto - Diretor Presidente		
Rui Alexandre Dias Caetano		
Rui Pedro Pinheiro de Almeida Dias Simões		
Contador:		
Mário Danilo Paes – CRC/MG 63377		
As demonstrações financeiras completas, incluindo as Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia		

MOTA ENGL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. CNPJ: 15.321.765/0001-09		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em reais		
	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	3.379.848	6.669.817
Clientes	110.842.043	82.509.213
Estoque	14.953.480	17.308.941
Impostos a recuperar	9.035.224	4.729.486
Partes relacionadas	2.360.455	2.174.725
Outros ativos	720.607	96.357
Despesas antecipadas	966.514	298.000
Total do ativo circulante	142.258.171	113.786.339
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	3.820.561	5.172.720
Total do ativo não circulante	3.820.561	5.172.720
TOTAL DO ATIVO	146.078.732	118.959.259
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Forneecedores	33.784.000	12.205.878
Empréstimos e financiamentos	9.645.706	8.890.648
Tributos a recolher	18.043.051	9.178.350
Salários e encargos sociais	24.000.058	12.488.558
Partes relacionadas	59.097.718	64.014.405
Adiantamento de clientes	144.570.533	108.146.561
Total do passivo circulante	1.607.618	10.372.422
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.607.618	10.372.422
Total do passivo não circulante	1.607.618	10.372.422
Total do passivo	146.078.732	118.959.259
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social - Exterior	2.210.000	2.210.000
Prejuízos acumulados	(2.309.419)	(1.769.724)
Total do patrimônio líquido	(99.419)	440.276
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.078.732	118.959.259
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO Em reais		
	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS		
CUSTOS DE VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	11.781.339	8.057.861
LUCRO BRUTO	(10.362.152)	(6.914.255)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:	1.419.186	1.145.606
Despesas gerais e administrativas	(67.830)	(79.728)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.656	(79.728)
Total	(63.174)	(179.228)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	132.637	380.833
Despesas financeiras	(1.480.824)	(2.424.811)
RESULTADO FINANCEIRO	1.356.013	1.063.878
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(124.812)	(980.963)
Correntes	(414.884)	(123.934)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(539.695)	(1.104.897)
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Horácio Fernando Lopes Zenha Reis e Sá Presidente do Conselho de Administração Mário Jorge de Melo Faria de Barros Pedro João Quaresma Bagulho Miguel Paiva Caldeira Gormiche Boavista José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira PROCURADORES Mário Rui Sousa de Oliveira Couto Rui Alexandre Dias Caetano Rui Pedro Pinheiro de Almeida Dias Simões Contador: Rafael Carneiro Barbosa – CRC/MG 121.041/0-9 As demonstrações financeiras completas, incluindo as Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia		

Investimento será através de concessões à iniciativa privada até o final de 2022

Tarcísio Gomes de Freitas. O ministro participou da inauguração de uma nova alça de acesso para caminhões no porto do Rio de Janeiro, por onde vão trafegar cerca de 2.600 veículos pesados por dia. Ele comentou os investimentos esperados na área de transportes até o final de 2022.

econômica muito importante nos próximos anos", destacou o ministro.

Segundo ele, haverá um importante efeito de geração de empregos, na medida em que forem executados os projetos de obras e investimentos.

"Ao final das contas, a gente vai ter uma geração de empregos desses contratos muito grande, que vai passar de 1 milhão de postos de trabalho, entre diretos, indiretos e empregos provocados pelo efeito renda", previu Tarcísio de Freitas.

Entre as concessões previstas, está uma extensa malha de rodovias federais nos diversos estados do País, além da renovação do processo de rodovias já concedidas, o que deverá injetar uma grande soma de recursos no setor.

“Teremos uma geração de empregos desses contratos que vai passar de 1 mi de postos de trabalho, entre diretos, indiretos e empregos provocados pelo efeito renda”

“Hoje tem o leilão da BR-153 Tocantins, [em que] a gente contrata mais R\$ 14 bilhões. Na sequência, vai ter a licitação da BR-163, Pará. Vamos ter a nova licitação da Rodovia Presidente Dutra, ligando Rio-São Paulo, desta vez contemplando a Rodovia Rio-Santos, que foi colocada para dentro do contrato. Teremos a licitação da BR-381 Minas com a BR-262 Espírito Santo, e as rodovias integradas do Paraná”, listou o ministro.

Além disso, Tarcísio de Freitas ressaltou os avanços no programa de concessão no setor portuário: “No dia 9 de julho, temos três terminais portuários. Terminal salineiro do Rio Grande do Norte, terminal de carga geral, em Macapá, e terminal de trigo em Mucuripe, no Ceará. Depois vão vir os terminais para líquidos no Porto de Santos, o maior leilão de arrendamento portuário da história do Brasil”.

Da mesma forma, o governo planeja a continuidade da concessão do setor aeroportuário à iniciativa privada, iniciando, este ano, pelo aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que vai ser relicitado.

"No ano que vem, Viracopos [Campinas] e mais 16 aeroportos da Infraero, divididos em três blocos. O bloco Norte, liderado pelo aeroporto de Belém, o bloco Rio de Janeiro-Minas, liderado pelo Aeroporto Santos Dumont, e o bloco São Paulo-Mato Grosso do Sul, liderado pelo Aeroporto de Congonhas", disse.

Acesso - A Avenida Portuária foi construída junto com a alça de ligação da Ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha, inaugurada há um ano. Com investimentos de R\$ 450 milhões, gerou cerca de 1,5 mil empregos diretos e indiretos. Os dois empreendimentos são os principais do atual contrato de concessão da empresa EcoPonte e pretendem desafogar o trânsito pesado da Avenida Brasil, que ficará livre dos caminhões que acessam o porto. **(Abr)**

Entre as concessões previstas, está uma extensa malha de rodovias federais

Moda funcional e moda de apresentação. A moda funcional adotada pela Companhia é a Real, mesma moda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis dos exercícios findos em dezembro. A moda de apresentação das demonstrações contábeis estrangeiras são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moda funcional em vigor na data da transação. Na data do balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moedas diferentes da moda funcional são convertidos pelos valores que se apresentam na data do balanço, e os resultados são convertidos pelo valor médio mensal.

Item 4. d. Uso de estimativas e julgamentos. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos monetários que ocorrem no decorrer dos exercícios. As fontes das estimativas são respectivamente premissas estáveis baseadas na experiência e em outros fatos considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das mudanças de estimativas e premissas são reconhecidos no período em que se afeta tanto o período presente como períodos futuros.

3. Sumário das principais políticas contábeis. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo são aqui aplicadas de maneira consistente com a política de apresentação das demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros. Ativos financeiros não derivativos. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo valor justo menos custos de transação. Quando o ativo financeiro diretamente atribuída a sua aquisição ou emissão, exerce o caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, entre tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada período pelo valor justo menos custos de transação. Os ativos financeiros nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado; Investimentos mantidos até o vencimento; Empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é clas-

[illegible]

10. Intangível		Custo de	Custo de	
	Direitos exploração minerais e caveiros	amortização	avaliação	Total
Em 31 de dezembro de 2019	5.647	3.736	12.401	21.784
Aquisição	-	601	-	601
Amortização	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.647	4.337	12.401	22.385
Em 31 de dezembro de 2020	5.647	4.337	12.401	22.385
Custo total	12.907	4.337	12.401	29.645
Amortização acumulada	(7.260)	-	-	(7.260)
Patrimônio contábil	5.647	4.337	12.401	22.385
Aquisição	-	1.671	-	1.671
Amortização	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.647	6.008	12.401	24.056
Em 31 de dezembro de 2021	5.647	6.008	12.401	24.056
Custo total	12.907	6.008	12.401	31.316
Amortização acumulada	(7.260)	-	-	(7.260)
Patrimônio contábil	5.647	6.008	12.401	24.056
Referente basicamente ao projeto de potencial mineral em desenvolvimento, gerado internamente, tendo a Companhia a intenção de explorá-los de forma a gerar benefícios econômicos futuros. O custo do desenvolvimento gerado internamente é baseado em estudos geológicos atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação para o custo de funcionamento de forma pretendida pela Administração.				
11. Fornecedores	O saldo da Rubrica "Fornecedores" está assim distribuído:			

[illegible]

	952	952		78	Valor (%)	78		78
re Priau Nikl Metais S.A.			Brazilian					
USD, incindiu encargos a sua			Limited	1.142	99,91%	72.933	100,00%	
temporária de 1% no ano anterior			Ailton Alves					
dade temporis desde a data de			Miranda		0,09%		100%	
				1.143	100%	72.934	100%	

na AGF da Páquer Niquel Metais S.A. de mesma data (23.12.2020), o valor de BRL 25.000.000,00, a ser integrado em até 6 meses contados da data da subscrição. O total de ações de emissão da Páquer Niquel Metais S.A. passou a ser de 11.943.075 ações ordinárias nominativas, distribuídas entre os acionistas conforme, mantendo em capital social registrado de BRL 72.933.617,60 (setenta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e seiscentos e sessenta reais e sessenta centavos) e integralizado de BRL 67.865.389,00 (sessenta e sete milhões e oitocentos e sessenta e sete mil e trezentos e noventa reais) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

17. Receitas de prestação de Serviços - Os custos e despesas acumulados da companhia durante exercício são apresentados como segue:

	2020	2019
Receita de prestação de serviços	367	
(-) ISSQN	(18)	
(-) PIS	(28)	
(-) COFINS	(125)	
	315	

18. Despesas gerais e administrativas - Os custos e despesas acumulados da companhia durante exercício são apresentados como segue:

	2020	2019
Despesa pessoal	(1.052)	(862)
Despesas administrativas	(1.891)	(387)
Despesas com serviços de terceiros	(136)	(976)
Despesa com transporte	(159)	(12)
Despesas com transporte	(3)	(116)

Hóspedes não dedutíveis.....		(3)	(15)
Oùtros.....		(238)	(2.514)
		<u>\$ (3.536)</u>	<u>\$ (2.514)</u>

Honorários de auditoria - honorários a pagar ao auditor da empresa em virtude do exercício anterior em dezembro de 2019.

19.Receitas (despesas) financeiras, líquidas - As receitas e despesas financeiras acumuladas da companhia durante exercício são apresentados como segue:

	2020	2019
Receita financeira		
Juros ativos	332	835
	<u>332</u>	<u>835</u>
Despesa financeira		
Juros e multas passivas	(1.368)	(2.728)
Despesas bancárias	(9)	(48)
	<u>(1.377)</u>	<u>(2.776)</u>
	<u>(1.045)</u>	<u>(1.941)</u>

Conforme confirmado no relatório de transações com partes relacionadas, a PNM e a Brazilian Nickel PLC firmaram contrato de empréstimo entre empresas. Em 31 de dezembro de 2020, o PNM acumulou uma receita de juros de empréstimos de BRL 1.166 mil. Desse montante, BRL 331 mil refere-se ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O empréstimo entre empresas (Intercompany Loan) é denotado em dólares norte-americanos, está sujeito a juro cobrados à taxa LIBOR de 6 meses USD mais um spread de 2,5% ao ano sobre o principal em aberto do empréstimo, calculado pro rata temporis a partir da data do adiantamento até a data de reembolso. 20.

Gerenciamento de instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle e acompanhamento permanente das taxas praticadas nos mercados para as aquelas vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de renda corrente ativa e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que os mesmos se pactuam sob condições comerciais usuais.

Para maiores registros, ver www.cna.com.br e condôes graficadas no mercado de capitais.

para operações de natureza, risco e prazo similares. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Riscos de Liquidez** – Os riscos de liquidez decorrem da exposição de diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: **a.1) Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na eventualidade de não haver recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidez de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, visando assegurar a disponibilidade de recursos necessários à captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. **a.2) Riscos financeiros** - E o risco de mercado decorre da exposição da Companhia a variações dos preços dos instrumentos financeiros oscilam devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis aceitáveis de risco. **b) Riscos de Crédito** - O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a inadimplência de seus clientes.

21. Eventos subsequentes - De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

DIRETORIA

Alilton Alves Miranda - Diretor Financeiro
Marcelo Rêdy Moreira - Diretor Administrativo

CONTA DO RESPONSÁVEL

PICCININI & LIMA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
CRC MG 7.563

Rogério Piccinini - Contador - CRCMG 69.439
Cleto Luiz de Lima - Contador - CRCMG 37.192

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das demonstrações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-4

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750-3



ALMG

Auxílio estadual está pronto para o Plenário

Emenda apresentada ao projeto que cria o Recomeça Minas foi aprovada ontem em comissão da Assembleia

Está pronto para apreciação do Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 2.442/21, que traz o Recomeça Minas. De autoria de todos os parlamentares da Casa e tendo como primeiro signatário o presidente Agostinho Patrus (PV), o plano tem como objetivo incentivar a recuperação econômica do Estado. Emenda que cria o auxílio de R\$ 500 para famílias na extrema pobreza foi aprovado em comissão.

O Recomeça Minas prevê incentivos fiscais para regularização de dívidas com o governo e o direcionamento dos recursos recebidos para a desoneração fiscal de setores mais atingidos pela crise decorrente da pandemia.

Emenda nº 34, de autoria de Agostinho Patrus e outros deputados, cria no âmbito do Poder Executivo um benefício financeiro de R\$ 500, pago em parcela única, às famílias em extrema pobreza.

A discussão e a votação do parecer à proposta foram feitas em duas reuniões da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, uma pela manhã e outra na tarde de ontem. O parecer do relator, deputado Hely Tarquínio (PV), lido à tarde, consolida o resultado das duas reuniões, nas quais foram analisadas 41 emendas, das quais sete foram acatadas.

Na última reunião, foram apreciadas nove emendas ao projeto, sendo que duas receberam parecer favorável e sete, parecer desfavorável. Pela manhã, foram distribuídos avulsos (cópias) do parecer sobre outras 32 emendas apresentadas no Plenário ao PL. Cinco tiveram parecer pela aprovação e as demais, pela rejeição.

Tributos - As emendas aprovadas, entre outras medidas, trazem benefícios para o setor de eventos, para empresas que produzem oxigênio hospitalar, além de possibilitar o pagamento de tributos por meio da entrega de imóveis.

As duas aprovadas à tarde são, respectivamente, de autoria dos deputados Zé Reis (PSD) e Agostinho Patrus, presidente da ALMG. A de nº 33 inclui a produção de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados aos profissionais de saúde entre as atividades com redução de 50% no ICMS sobre fornecimento de energia elétrica.

JUSTIÇA

TRF-4 decide por unanimidade revogar ordem de prisão contra Eduardo Cunha

Brasília - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu ontem, por unanimidade, revogar uma ordem de prisão preventiva decretada contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ) pela 13ª Vara Federal de Curitiba, em outubro de 2016, no âmbito da Operação Lava Jato.

Réu em processos na Lava Jato, Cunha foi um dos políticos mais controversos da história política recente, tendo sido decisivo para a abertura do pedido de *impeachment* contra a então presidente Dilma Rousseff.

Mesmo com a decisão do TRF-4, a defesa dele não sabe se ele permanecerá detido em prisão



SARAH TORRES - ALMG

Sete emendas ao projeto do Recomeça Minas foram aprovadas na reunião de ontem da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG

Esse benefício será concedido até 90 dias após o término do estado de calamidade pública devido à pandemia da Covid-19.

Benefício financeiro - Já a emenda nº 34, de autoria de Agostinho Patrus e outros deputados, cria no âmbito do Poder Executivo um benefício financeiro de R\$ 500, pago em parcela única, às famílias em extrema pobreza. Trata-se, segundo o texto, de medida excepcional de enfrentamento às consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia.

Segundo a redação, o benefício será concedido a pessoas que estejam registradas no Cadastro Único de Benefícios Sociais do Governo Federal como responsáveis por domicílio em Minas Gerais e que tenham renda per capita familiar mensal de até R\$ 89,00. Esses beneficiários não poderão constar na base de brasileiros no exterior do Ministério da Justiça e também no rol de presidiários cumprindo pena em regime fechado.

Eventos - As emendas aprovadas pela manhã foram incorporadas no parecer à tarde. As de nºs 4 a 5 são de autoria dos deputados Tito Torres (PSDB), Cleitinho Azevedo (Cidadania) e Gustavo Mitre (PSC) e têm o objetivo favorecer o setor de eventos e entretenimento. Uma delas trata da possibilidade de retomada gradativa do patrocínio de eventos técnicos-científicos, esportivos, corporativos, culturais e sociais de forma direta pelo Estado.

E outra prevê a inclusão dos

estabelecimentos de planejamento e execução desses eventos na redução de 50%, até 90 dias após o término do estado de calamidade pública, da carga tributária relativa ao ICMS incidente no fornecimento de energia elétrica.

Oxigênio hospitalar - A subemenda nº 1 à emenda nº 9, do deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB), acrescenta dispositivo ao artigo 13 do substitutivo nº 2. O objetivo é incluir os estabelecimentos de produção de oxigênio hospitalar na redução de 50%, até 90 dias após o término do estado de calamidade pública, da carga tributária relativa ao ICMS incidente no fornecimento de energia elétrica.

A emenda nº 16, do deputado Sargento Rodrigues (PTB), suprime dispositivo do substitutivo nº 2 que previa que o descumprimento de condições a serem estabelecidas em legislação estadual implicaria na revogação dos benefícios propostos.

Crédito - Também de autoria de Rodrigues, a emenda nº 21 objetiva determinar que o BDMG ofereça linhas de crédito em condições especiais para pessoas físicas e jurídicas de direito privado atingidas pela crise decorrente da pandemia.

Na tramitação, o PL 2.442/21 recebeu o substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que promoveu ajustes técnicos no texto; e o substitutivo nº 2, da FFO, que contemplou sugestões colhidas em 16 encontros regionais realizados neste mês. **(Com informações da ALMG)**

ser baseadas em presunções como forma de fundamentar prisões preventivas e que as regras do processo devem valer para todos: investigados, investigadores e juízes. E isso tudo se torna ainda mais relevante em razão da prisão preventiva ter sido determinada por um juiz suspeito e parcial, que é Sergio Moro”, afirmaram.

“Há ainda uma cautelar de recolhimento domiciliar da Justiça Federal do DF, que, diante da retirada da tornozeleira, a defesa esclarecerá junto ao TRF-1 se permanece e como”, concluíram os defensores Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso, Rafael Guedes de Castro e Delio Lins e Silva. **(Reuters)**

CPI DA COVID

Omar Aziz diz que ainda não é o momento de convocar o ministro Paulo Guedes

Brasília - O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), defendeu ontem que não é o momento de solicitar um depoimento à comissão do ministro da Economia, Paulo Guedes, argumentando que poderia gerar “mal-estar econômico” e que não deseja provocar o “caos”.

Já foram apresentados requerimentos pedindo o depoimento do ministro, mas, segundo Aziz, os pedidos teriam sido apresentados em um primeiro momento para a discussão do auxílio emergencial na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

“Eu falei: ‘não é o momento’. Por que trazer um ministro da Economia para dentro de uma CPI, isso cria um mal-estar econômico internacional, de investidores, de bolsa, uma série de coisas que nós não queremos. Eu não quero o caos econômico”, disse o senador, em entrevista à GloboNews.

Aziz disse ter sido mal interpretado por alguns colegas, que o acusaram de tentar proteger o governo, e aproveitou para criticar a fala de Guedes na véspera, quando o ministro afirmou que o coronavírus havia sido inventado pela China e que a vacina do país asiático seria menos efetiva que a dos Estados Unidos.

“É muito pitaqueiro sem entender da situação”, disse Aziz. “Quem é o ministro Paulo Guedes para vir dizer que a CoronaVac não é uma vacina boa?», questionou. «Ele cuida da economia. E já vai cambaleando... Quem foi que disse a ele que a CoronaVac não é uma boa vacina? Quem disse para ele?»

Aziz alertou que o país asiático é responsável pela produção do insumo farmacêutico ativo (IFA) da CoronaVac e de outras vacinas e lembrou que o Brasil já passou por “problema de relacionamento” com a China criado, segundo o senador, pelo ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

“O Paulo Guedes entende tanto de vacina quanto eu entendo de botar um foguete na lua. Ele não entende nada. Então ele não tem que dar opinião. Quem não entende não pode prescrever remédio. Quem não entende não pode comentar vacina. A gente ouve especialistas. Quem sou eu para dizer lá qual é o remédio que é bom ou não para qualquer tipo de doença?”

Aziz comentou ainda a iniciativa de parlamentares Jorginho Mello (PL-SC), Eduardo Girão (Podemos-CE) e Marcos Rogério (DEM-RO) de levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a batalha jurídica sobre a suspeição do relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL). Na peça apresentada à corte, os parlamentares pedem que seja retirado da CPI qualquer membro com parentesco com potenciais investigados, mirando em Renan e em Jader Barbalho (MDB-PA), indicado para suplência no colegiado. Renan e Jader são pais dos governadores Renan Filho (MDB), de Alagoas, e Helder Barbalho (MDB), do Pará

“É um direito que eles têm, mas não é isso que vai atrapalhar os nossos trabalhos”, disse Aziz em referência à ação apresentada pelos três senadores ao STF.

Desde antes da instalação da CPI, governo e aliados vinham trabalhando contra a indicação de Renan como relator e chegaram a conquistar uma vitória temporária, quando, na segunda-feira (26), a Justiça Federal determinou em caráter liminar que Renan não poderia assumir a relatoria, a pedido da deputada Carla Zambelli (PSL-SP). A decisão foi revertida na terça-feira pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o senador foi designado o relator da CPI.

“Carnaval fora de época” - Aziz foi questionado, ainda, sobre declarações do presidente Jair Bolsonaro, para quem a CPI poderá ser um “carnaval fora de época”, caso não convoque governadores e prefeitos.

“Com certeza nesse carnaval (estarão) todos os fatos relacionados a recursos federais do Covid, seja prefeito, seja governador, seja ministro, seja assessor, seja alguém que está lá perto do gabinete, como é o caso do Fabio Wajngarten (ex-secretário de Comunicação da Presidência), que estava querendo comprar vacina, mas o presidente, do lado, não sabia”, afirmou o presidente da CPI.

“Esse carnaval com certeza não começou dentro da CPI, ainda. Espera a gente trabalhar para depois criticar. Agora, carnaval é aglomeração, aglomeração causa infecção, infecção por coronavírus causa óbito e é isso que está acontecendo hoje no Brasil”, acrescentou Aziz. **(Reuters)**



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

MEIO AMBIENTE

Satis aposta em energia solar para reduzir CO2

Empresa especializada em nutrição vegetal investiu R\$ 180 mil na instalação de painéis solares para abastecer sede em Araxá

MICHELLE VALVERDE

A Satis, empresa especializada em produtos de nutrição vegetal foliar, com sede em Araxá, região do Alto Paranaíba em Minas Gerais, está investindo no aprimoramento dos processos. A empresa aportou R\$ 180 mil na instalação de painéis solares que passaram a abastecer a sede. O objetivo ao usar a energia limpa, além da redução de custos, é reduzir a emissão de CO2 no meio ambiente e tornar os processos mais sustentáveis.

Em 2020, a Satis já havia gerado 97.987,5 kWh, na unidade industrial, localizada no distrito industrial de Araxá. O excedente foi enviado para compensar a demanda de energia de suas outras unidades.

De acordo com os dados da empresa, agora, foram instalados 202 painéis fotovoltaicos em toda a planta, gerando mais de 8.000 kWh/mês, o que representa uma economia anual de quase R\$ 90 mil.

Com o sistema de energia solar, que foi elaborado pela Expand Energia, o projeto permitirá que a empresa deixe de emitir quase 12 toneladas de CO2 no meio ambiente, o que equivale ao cultivo de 48 árvores. A geração de energia limpa através da nova estrutura equivale ao consumo de 120 residências.

Além de gerar uma economia financeira, o investimento no sistema de energia solar também foi pensado buscando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente.

De acordo com o gerente de Indústria da Satis, Edson Rios, a empresa já trabalha com o foco em promover uma agricultura sustentável, gerando e disponibilizando para o mercado tecnologias e inovação, e está investindo em projetos sustentáveis também na sede.

“Ao instalarmos os painéis solares, pensamos tanto na redução de custos como no maior cuidado com o meio ambiente. Ações que contribuem para reduzir os impactos ambientais das atividades

“Ao instalarmos os painéis solares, pensamos tanto na redução de custos como no maior cuidado com o meio ambiente”

são importantes e estão sendo valorizadas pela sociedade”, explicou.

Ainda segundo Rios, a Satis tem investido em várias ações para promover o melhor uso dos recursos.

“Nosso processo de produção é muito bem estruturado. Fazemos um uso eficiente da água, por isso, não temos um



SATIS / DIVULGAÇÃO

Foram instalados 202 painéis fotovoltaicos em toda a planta, gerando mais de 8.000 kWh/mês

consumo elevado, não geramos muito efluentes líquidos e estamos desenvolvendo um projeto para reutilizar a água usada para lavar os tanques e os sistemas. Esse projeto deve ser instalado ainda este ano. Também temos projeto

para captação e uso da água de chuvas”.

Demanda impulsiona negócios - Com a demanda mundial por alimentos em alta, a Satis vem registrando resultados positivos. Somente

nos primeiros oito meses do ano-safra 2020/21, a empresa ultrapassou, em fevereiro, o resultado obtido em toda a temporada passada, quando cresceu mais de 16% em faturamento. No primeiro trimestre de 2021, o fatura-

mento avançou 40% frente a igual período do ano passado.

Já em 2020, a empresa obteve crescimento de 28% sobre a meta estabelecida. O faturamento no período ficou 43% superior ao de 2019.

De acordo com Rios, para atender ao ritmo de alta na demanda, a companhia vem investindo no aumento da capacidade. Somente este ano, está previsto o aporte de R\$ 1 milhão na reestruturação e incremento da produção.

“Estamos nos preparando para dobrar a produção até junho. Também vamos dobrar a capacidade de estoques com o objetivo de atender à demanda crescente. Os preços das commodities, como a soja e o milho, estão altos e isso estimula os investimentos por parte dos produtores”.

Por comercializar uma linha focada na nutrição e proteção de plantas - o que favorece a produtividade, quando a cultura é bem administrada -, a demanda pelos produtos tem crescido.

CAFEICULTURA

Estações ajudam produtores do grão em Minas no manejo de pragas

Estações de avisos fitossanitários mantidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com a Fundação Procafé, estão auxiliando produtores de café das regiões do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, na defesa fitossanitária da cafeicultura, redução de custos de produção e minimizando impactos ao meio ambiente.

O sistema de informações automatizado emite avisos periódicos que subsidiam o

manejo de pragas da cultura cafeeira no Estado. O objetivo é usar o clima como aliado no controle das pragas e doenças do café.

“Os dados climáticos coletados são analisados em conjunto com observações de campo, gerando boletins de avisos mensais. Os avisos possibilitam a atualização das informações relacionadas ao efeito das condições climáticas no desenvolvimento da cultura atendida e incidência de pragas e doenças, visando a um controle mais eficiente”,



MARCELO CAMARGO / ABR

Iniciativa colabora com lavouras de café nas regiões Sul, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

observa o diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, Carlos Goulart.

Atualmente, as estações de avisos fitossanitários mantidas pelo Mapa encontram-se

instaladas nos municípios de Varginha, Carmo de Minas, Boa Esperança, Muzambinho, Araxá, Patrocínio e Araguari. Também existe uma estação em Franca, no estado de São Paulo, adquirida com recursos

de uma cooperativa local.

As informações coletadas são divulgadas mensalmente por meio dos Boletins de Avisos Fitossanitários, disponíveis no site da Fundação Procafé. (Com Mapa)

EVENTO VIRTUAL

Embrapa completa 48 anos contribuindo para avanço do Agro

Há 48 anos, o Brasil assumiu o desafio de promover um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. O marco foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 26 de abril de 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Ontem o aniversário da Embrapa foi comemorado em um evento virtual com a participação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que foi homenageada na categoria institucional.

“O Brasil é uma potência agroambiental graças à participação da Embrapa com uma agricultura movida a ciência. Temos orgulho, como brasileiros, de ter uma empresa protagonista na segurança alimentar. Convoco os mais de 2,4 mil pesquisadores para os desafios dos próximos

48 anos”, disse a ministra ao parabenizar a Embrapa durante a cerimônia.

O desenvolvimento tecnológico da agricultura e pecuária nacionais também foi destacado pelo secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa, Fernando Camargo, que preside o conselho da Embrapa: “Na década de 1970, tivemos uma revolução a partir da pesquisa, inovação, tecnologia e ciência aplicada. Fizemos com que o peso da cesta básica tenha diminuído para o brasileiro, sendo uma das maiores políticas de Estado do País. A Embrapa, agora, contribui com a revolução do século XXI com uma agricultura 5.0, digital e de precisão”.

A época da criação da Embrapa, o Brasil importava alimentos básicos como leite e carne. Atualmente, a produção nacional é responsável por garantir acesso à alimentação de cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo a partir da saúde animal, sanidade vegetal,

segurança dos alimentos e sustentabilidade na produção.

Celeiro mundial - As pesquisas, ações e programas da Embrapa ajudaram a transformar o Brasil e torná-lo um dos maiores celeiros do mundo, sendo uma das agropecuárias mais eficientes e sustentáveis do planeta. O setor é responsável por mais de 20% do PIB nacional, somando mais de R\$ 871,3 bilhões em 2020 em produção.

Durante a cerimônia virtual, o presidente da Embrapa, Celso Moretti, anunciou seis novas tecnologias para uso nas próximas safras agrícolas e na aquicultura. Entre elas, o bioinsumo Auras, bioproduto feito com uma bactéria encontrada no mandacaru, espécie de cacto comum no semiárido brasileiro, que promove maior resiliência e capacidade de adaptação das plantas ao estresse hídrico. Os primeiros testes estão sendo feitos com o milho, mas a intenção é ampliar para outras culturas.

“São tecnologias escolhidas a dedo para os 48 anos da empresa e estão relacionadas às cadeias produtivas da soja, do leite, do algodão, do açaí, à aquicultura e também à bioeconomia, com o lançamento do bioproduto Auras. Eu não tenho dúvidas que este bioproduto irá transportar as fronteiras do Brasil e ajudará diferentes culturas na convivência com a seca, como é o caso do Semiárido brasileiro”, complementou.

Moretti afirmou que 2020 foi um ano difícil para a empresa, causado por restrições orçamentárias e pela pandemia da Covid-19. No entanto, a Embrapa mostrou ser possível continuar fazendo importantes entregas para a sociedade brasileira e os dados do Balanço Social demonstram este alcance de resultados.

“A partir do cálculo do impacto econômico do uso de 152 tecnologias, geramos R\$ 56 bilhões, além de mais R\$ 4 bilhões gerados a par-



ANTONIO ARAUJO / MAPA

Tereza Cristina e Celso Moretti participaram de comemoração

tir das 122 cultivares que colocamos à disposição do produtor brasileiro de frutas, hortaliças, soja, trigo, algodão, entre outras culturas, e mais R\$ 1 bilhão calculado a partir dos indicadores sociais e laborais”, detalhou Moretti ao falar sobre os resultados do Balanço Social de 2020, que gerou um lucro social total

de R\$ 61,85 bilhões.

A cada real investido pelo governo federal, a Embrapa devolveu à sociedade R\$ 17,77. O valor é obtido a partir do cálculo do impacto econômico de uma amostra de tecnologias adotadas pelo agronegócio brasileiro e de cultivares desenvolvidas pela empresa. (Com Mapa)



NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

ESPECIAL

Mercado *fitness* se reinventa na pandemia

Diante do caos sanitário, é necessário garantir segurança e oferecer alternativas que levem o público à saúde plena

DANIELA MACIEL

A preocupação com a saúde e o bem-estar no mundo e no Brasil vinha, nas últimas décadas, movimentando um mercado de proporções gigantes-

“Em meio à pandemia, as vendas do segmento de alimentos saudáveis, que engloba produtos sem açúcar, glúten ou conservantes, atingiram a marca de R\$ 100 bilhões em 2020”

cas e em franca expansão. A Covid-19 tornou tudo mais urgente. Mais do que moda ou uma preocupação de uma parcela da população bem informada e com recursos financeiros, ser *fitness* se tornou uma estratégia para combater a doença.

Para se ter uma ideia do que está acontecendo, as vendas do segmento de alimentos saudáveis, que engloba produtos sem açúcar, glúten ou conservantes, atingiram a marca de R\$ 100 bilhões em 2020, segundo a consultoria Euromonitor International.

Ao mesmo tempo, esse mercado esbarra nas imprecisões do próprio conceito e nos preços. O empobrecimento geral da população pode ser uma barreira para o crescimento do consumo de determinadas categorias de produtos e serviços. Além disso, uma comunicação ainda voltada para a alta performance e estética, em um momento de catástrofe humana, pode soar inconveniente.

No novo normal do mercado *fitness*, saudabilidade é palavra de ordem. Ter o corpo são é o caminho para uma “mente quieta e o coração tranquilo”, além de garantir maior imunidade. Então a hora é de garantir a segurança sanitária e oferecer alternativas que leve o público à saúde plena.



Ter o corpo são é o caminho para uma “mente quieta e o coração tranquilo” em meio ao caos da pandemia



Amoroso: é preciso rever custos



Zanella: rede fará expansão em MG



Ferreira: acerta quem se esforça

Academias sofreram grande impacto

Símbolo máximo da cultura *fitness*, as academias de ginástica formam um dos segmentos que mais sofreu com as políticas de isolamento social. Caracterizadas pelas aglomerações de alunos, ainda lutam para entrar na lista de serviços essenciais em muitas cidades, inclusive Belo Horizonte.

Em um mercado onde as maiores redes não chegam a centena de unidades, muitas sucumbiram. Estima-se que cerca de 5% das academias brasileiras tenham fechado ou serão fechadas até o fim de 2021. De acordo com o consultor no mercado de academias, Luís Amoroso, ao fim do processo, com *players* mais fortes, o Brasil pode vir a atrair investimentos estrangeiros no segmento.

“A crise é sempre mais difícil para os pequenos e menos estruturados. Inevitavelmente já acontece uma concentração de mercado com muitas compras e fusões, além do simples fechamento de unidades. Para quem fica, é preciso rever custos e apriorizar a oferta. Um companheiro casos de academias que cresceram durante a pandemia porque conseguiram fazer isso. A concentração e consequente estruturação do mercado vai fazer com que as redes cresçam e passem a atrair investidores estrangeiros. O Brasil é um mercado interessante, mas a ausência de redes realmente nacionais inibe o interesse internacional. Ninguém virá aqui para começar do zero, abrir uma ou duas unidades. Eles querem comprar estruturas já prontas”, explica Amoroso. É justamente com o objetivo

de se tornar uma rede nacional que a gaúcha Engenharia do Corpo foca seus esforços. A rede, que tinha 25 unidades em março de 2020, tem agora 77 academias em operação e 230 contratos assinados. A meta para 2022 é “colar” na atual marca líder.

De acordo com o CEO da Engenharia do Corpo, Alexandre Zanella, em Minas Gerais a primeira será aberta em Uberlândia (Triângulo) nos próximos dias. Montes Claros (Norte de Minas) já tem negociações avançadas. A expectativa é de que a Capital receba dez unidades. No modelo de negócios proposto, a empresa é sócia em 50% de todas as unidades. Cidades com mais de 120 mil habitantes estão aptas a receber unidades de grande porte, e acima de 60 mil, de pequeno porte.

“A doença fez com que as pessoas vissem a importância de ter uma saúde melhor. A academia não cuida só da parte estética. Buscamos investidores com capacidade maior, para colocar mais unidades ao mesmo tempo. Isso fortalece o nosso *marketing*. O investimento pode ser em cotas, a partir de R\$ 120 mil. Para uma operação completa, R\$ 800 mil”, afirma Zanella.

Corporativo - “As empresas também estão cada vez mais preocupadas com a saúde física e mental das equipes”. Quem faz a constatação no dia a dia do seu negócio é o CEO do Gympass, Cristian Kim. Originalmente, a empresa que contratava o Gympass passava a oferecer aos seus colaboradores uma série de academias conveniadas onde

eles podiam escolher o serviço mais conveniente às suas necessidades. O fechamento das academias ao longo de 2020 fez com que o Gympass se voltasse para novas verticais.

“Tivemos que nos adaptar. Éramos uma solução física. O cliente tinha um *app* e escolhia a academia. Com o *lockdown*, o único serviço que a gente provia estava proibido. Em 15 dias, lançamos produtos virtuais. O primeiro foi focado em saúde e bem-estar. Vimos que não havia barreiras para trazermos aplicativos que trabalham vários aspectos da saúde. Já são mais de 40. Depois criamos uma conexão para ajudar nossos parceiros-academias que estavam perdendo alunos. Eles começaram a produzir aulas *on-line* e a gente começou a disponibilizar esse conteúdo na nossa plataforma. Hoje são mais de mil aulas diárias. E, por fim, trouxemos os *personal trainers* para dentro da plataforma”, resume Kim.

Para o analista do Sebrae Minas, Victor Mota Ferreira, acerta quem se esforça para entender meios e anseios do consumidor e sabe se comunicar melhor, deixando claro o seu alinhamento com o propósito exigido pelo público.

“O apelo da saudabilidade é muito grande. Estudos têm mostrado que a atividade física aumenta a imunidade. A cadeia do *fitness* tem que entender essas orientações para se comunicar, fidelizando e atraindo um novo público. A pandemia retraiu a demanda e as pessoas vão voltar com força. A questão é mostrar que o ambiente é seguro e as atitudes responsáveis”, pontua Ferreira. (DM)

Alimentação saudável ganha mercado

O mundo *fitness* tem dois pilares insubstituíveis: os exercícios físicos e a alimentação. Alimentos equilibrados e menos processados são apontados como fonte de saúde e durante a pandemia ganharam ainda mais adeptos. Um exemplo é o consumo de orgânicos, que cresceu 30% nas vendas em 2020, movimentando R\$ 5,8 bilhões, segundo levantamento da Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis). Esse mercado, porém, ainda esbarra em um grande obstáculo: os preços.

E foi justamente nesse ponto que a marca de laticínios Camponesa - pertencente à Embaré Alimentos, se propôs a atuar. De acordo com a gerente de *marketing* da Embaré, Adriana D’Assunção Antunes, a pandemia fortaleceu a tendência de saudabilidade, puxando a necessidade desse tipo de produto. Ao longo de 2020, a empresa lançou uma série de leites especiais, culminando com Leite Vitaminas C+D, que auxilia no sistema imunológico e que protege o corpo contra infecções, vírus e bactérias.

“Começamos em 2019 um projeto de expansão de mercado. As pesquisas mostravam que as pessoas estavam atentas à alimentação, e, com a pandemia, estão ainda mais exigentes e informadas. Criamos novas soluções e produtos para alcançar esse público. Desenvolvemos, no fim do ano passado, uma linha de leites especiais, como o leite enriquecido com cálcio; o ‘Origens’, envasado em até 24 horas, sem estabilizantes e o leite voltado para a imunidade, com vitaminas C e D. Agora estamos lançando o ‘Proteína’, com 14 gramas de proteína, desnatado e zero lactose. O posicionamento da Camponesa sempre foi garantir qualidade com preços acessíveis. Sempre fazemos revisão de custos para tornar isso possível. Esse processo todo começa junto com o produtor rural, com quem temos um trabalho muito importante de desenvolvimento”, explica Adriana Antunes.

Ao mesmo tempo, no comando solitário da sua cozinha em Lagoa Santa, na



Laticínios Camponesa apostou no lançamento leites especiais

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a *chef* especializada em gastronomia vegana, Letícia Fiorini, se esforça para atender todos os pedidos e planeja a abertura de um ponto físico na cidade assim que a pandemia deixar. A divulgação e as vendas são feitas pelo instagram @fiorinicozinha.

“Embora não seja classificada como *fitness*, a alimentação vegana é naturalmente mais saudável. Precisei de coragem porque as pessoas não conhecem tanto. Sempre tenho que explicar um pouco mais. As pessoas têm procurado, principalmente, pela questão das alergias e intolerâncias. A minha proposta é poder dar opções para o cliente, que tenham sabor e beleza pagando um preço acessível. Já atendi pedidos de gente de fora de Minas Gerais que estava hospedada perto do Aeroporto, em Confins, e me achou pela internet. Tenho clientes que estão comigo desde o primeiro dia. Fico muito feliz quando a pessoa volta para comprar mais uma vez. Sinal que minha missão foi cumprida”, afirma Letícia Fiorini.

Diversificação - Se atender a tempo e hora às necessidades



Letícia Fiorini defende veganismo

dos clientes é palavra de ordem, a rede Kiwi Superfoods foi atrás da solução, lançando um biomercado que deverá funcionar em sinergia com o restaurante. De acordo com o CEO da Kiwi, a ideia surgiu a partir do fechamento dos restaurantes como medida de combate à Covid-19 em todo o Brasil. A sede da empresa fica na maior fazenda urbana da América Latina, a BeGreen (na região Leste da Capital) e é lá a primeira unidade do biomercado.

“Os restaurantes estão fechados, mas os mercados têm permissão para abrir. Remodelamos o negócio para aproveitar esta oportunidade. Começamos um estudo profundo. Trouxemos especialistas em supermercados para ajudar. A meta para esse ano é consolidar o modelo restaurante + biomercado como nosso principal produto. Será, ainda, uma expansão bem comedida, com investimento a partir de R\$ 600 mil. A pandemia derrubou o mito do líder que não pode errar, que tem resposta e sucesso para tudo. Essa é uma oportunidade para mostrar que somos falhos, mas que soluções existem e que vamos tentar até o fim”, completa Oliveira. (DM)



Biomercado é aposta de Oliveira



A Estação Turma da Mônica, do Mauricio de Sousa Produções, funciona como um miniparque temático, com 15 atrações

ENTRETENIMENTO

Estação Turma da Mônica prospecta shoppings mineiros

Investimento médio para a obtenção da licença fica entre R\$ 3 mi e R\$ 5 mi

DANIELA MACIEL

Apostando na vontade das pessoas se encontrarem e viverem experiências emocionantes e no valor afetivo da marca, a Mauricio de Sousa Produções Ao Vivo lança um ambicioso plano de expansão da Estação Turma da Mônica. A meta é multiplicar as atuais quatro unidades, levando a atração para todos os estados do País.

Em parceria com o Grupo Bittencourt, a Turma pretende se instalar nos *shopping centers*, ocupando espaços entre 800m² e 2.000m². O investimento médio para a obtenção da licença e instalação do negócio por cinco anos fica entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões.

De acordo com a consultora de Clientes & Mercado do Grupo Bittencourt, Fernanda Gonçalves, o lugar funciona como um miniparque temático, com 15 atrações. Os licenciados terão ainda outras opções para explorar

como extensão das estações: cafeteria, loja com produtos oficiais da marca, excursões, publicidade e patrocínio, eventos, entre outros.

“É certo que 2021 é um ano atípico, mas o nosso projeto é levar diversão para as famílias e oportunidade para empreendedores e *shop-*

a empresa pede um perfil focado em resultados e crescimento. É desejável experiência no segmento de parques e entretenimento, varejo e educação; conhecimento em gestão, mercado e características excepcionais da região que deseja implantar a estação; capacidade

dia da operação. Existe uma autonomia muito maior nesse modelo, por isso o nosso parceiro já precisa ter uma certa experiência e querer expandir”, destaca.

Mesmo sem abrir os números, a executiva afirma a importância de Minas Gerais dentro da estratégia de expansão da Estação Turma da Mônica pelo porte das cidades mineiras e o número de *shopping centers* instalados. As primeiras negociações já tiveram início, mas ainda não foram fechados contratos e nem há perspectiva de inaugurações no curto prazo.

“Muitas cidades mineiras têm perfil para receber uma Estação Turma da Mônica, com grupos de *shoppings* importantes e com os quais já nos relacionamos. Esse é um momento muito bom para negociar com os *malls* que ainda enfrentam um momento difícil e estão com muitos espaços vagos”, completa a consultora de Clientes & Mercado do Grupo Bittencourt.

“Muitas cidades mineiras têm perfil para receber uma Estação, com grupos de shoppings importantes e com os quais já nos relacionamos. Esse é um momento muito bom para negociar com os malls”

pings. Há uma demanda das famílias em estar juntas e a tendência é uma retomada bem forte. O empreendedor tem preferido investir em modelos testados e estruturados, que é o nosso caso. Entendemos que a Estação abarca todos esses fatores”, explica Fernanda Gonçalves.

Para admitir o licenciado

financeira para investimento com foco na expansão futura; e dinamismo.

“Diferentemente do modelo de franquias, onde o negócio é muito mais tutelado, na licença nós orientamos na escolha do *mix* de atrações, nas melhores estratégias observando a cultura do lugar, mas não ficamos no dia a

TURISMO RESPONSÁVEL

Adesão à certificação em Minas é baixa

Pouco mais de 19% dos estabelecimentos turísticos de Minas Gerais aderiram ao “Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro”, do Ministério do Turismo, demonstrando que há espaço para ampliar a quantidade de adesões no Estado. Após mais de 10 meses de seu lançamento, 2.268 selos foram emitidos no estado, com destaque para as agências de turismo (728), meios de hospedagens (543) e transportadoras turísticas (436). Entre as cidades mineiras, as empresas da capital, Belo Horizonte, de Juiz de Fora e Capitólio se destacaram no interesse pela certificação.

Ao todo, o Brasil já ultrapassou a marca de 27 mil selos emitidos por 15 tipos de atividades turísticas, como meios de hospedagem, parques temáticos, restaurantes, cafeterias, bares, centros de convenções, feiras, exposições e guias de turismo. Em quantitativo, os estados de São Paulo (5.441), Rio de Janeiro (3.798) e Minas Gerais (2.268) permanecem à frente. O documento é um reconhecimento visual e dá credibilidade aos empreendimentos do setor que declararam assumir os protocolos de biossegurança



BH, Juiz de Fora e Capitólio foram os municípios que mais emitiram a certificação no Estado

contra a Covid-19 ofertando, assim, mais segurança e conforto aos viajantes no país.

O ministro do Turismo, Gilson Machado Neto, reforçou a importância da obtenção deste selo para uma retomada segura do turismo em todo o Brasil. “Fomos pioneiros nesta certificação e agora temos que fazer valer todo esse reconhecimento e trabalho que desenvolvemos. Atenção empresários, vamos aderir ao selo e garantir a se-

gurança sanitária dos nossos turistas, que vão desfrutar das belezas que só o nosso País possui. Estamos juntos nessa!”, destacou.

Para solicitar o selo, o estabelecimento precisa apresentar situação regular no cadastro de prestadores de serviços turísticos (Cadas-tur). Após se regularizar, é preciso acessar o *site* do Selo Turismo Responsável, ler as orientações e declarar atender aos pré-requisitos determi-

nados. Após esses passos, o interessado é encaminhado para uma área do *site* onde pode fazer o *download* do selo para impressão.

Para utilizar o selo em local físico, o empreendedor deve colocá-lo em local de fácil visualização do cliente. O estabelecimento pode oferecer um QR Code para que os turistas verifiquem quais são as medidas adotadas por aquele empreendimento e/ou profissional.

CURTAS

Simplifica Fretes lança tecnologia exclusiva

A organização de dados e métricas é fundamental nos dias atuais para orientar os processos de análise empresarial e, consequentemente, a tomada de decisões, especialmente as mais estratégicas. Pensando nisso, a *startup* Simplifica Fretes, que atua no setor logístico e aduaneiro, lança uma tecnologia exclusiva no mercado nacional de transportadoras: um novo *dashboard*, que será uma importante ferramenta para gestão da informação das empresas homologadas na plataforma. O painel visual de controle foi integrado ao sistema já existente, com o intuito de complementar a solução e oferecer às transportadoras, de maneira centralizada, um conjunto de indicadores sobre a performance em fechamento de negócios. O *dashboard* apresenta uma noção global dos processos do negócio, de forma dinâmica e objetiva, com vistas à saúde da organização em curto, médio e longo prazos. A partir da análise dos dados, indicadores e gráficos das movimentações, as transportadoras passam a ter um controle total das operações, dispensando, ainda, o uso desorganizado e cansativo de planilhas. Além de todos os recursos da nova ferramenta, outra novidade são as consultorias com especialistas da Simplifica Fretes. Eles estarão disponíveis para auxiliar a equipe dos clientes em busca dos melhores passos para a otimização dos processos e aumento da produtividade, com foco em um estudo detalhado sobre os dados gerados pela transportadora. Referência em inovação, a Simplifica Fretes foi fundada em 2016, em Varginha, no Sul de Minas, e é uma das *startups* investidas pelo BMG UpTech.

Nubank é reconhecido pela Time

O Nubank, maior banco digital independente do mundo, é apontado pela revista norte-americana Time como uma das empresas mais influentes do mundo. O reconhecimento é feito no inédito *ranking* Time100 Most Influential Companies, que destaca as 100 empresas - dos mais diversos setores - que têm desempenhado “impacto extraordinário” ao redor do mundo, de acordo com a Time. O Nubank integra a lista na categoria Líderes. O novo *ranking* publicado pela revista norte-americana é uma expansão da já tradicional lista das 100 pessoas mais influentes, publicada anualmente desde 2004. Para chegar à lista final das 100 empresas mais influentes do mundo, a Time solicitou nomeações espontâneas - de quaisquer setores do mercado - por seus editores e correspondentes espalhados pelo mundo, bem como especialistas das diferentes indústrias. A análise final contemplou fatores como relevância, impacto, inovação, liderança e sucesso. A Time destacou que - dentro de um contexto de 45 milhões de desbancarizados no Brasil - o Nubank “está ajudando milhões de pessoas a quebrar barreiras com a oferta de uma variedade de serviços financeiros por meio de seu aplicativo”.

Uber lança viagens de moto em Contagem

A Uber vai expandir o Uber Moto, uma nova modalidade da plataforma no Brasil, para a cidade de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Com a novidade, os usuários do *app* poderão se deslocar pela cidade de motocicleta, por um preço menor do que o do UberX e com a mesma tranquilidade já proporcionada pelos recursos de segurança oferecidos pela Uber. Todas as viagens com a Uber - e agora também com Uber Moto - incluem, entre outras medidas, a checagem de antecedentes dos parceiros e dão aos usuários a possibilidade de compartilhar com seus contatos a placa, a identificação do condutor e a localização no mapa, em tempo real. Com a chegada da nova modalidade, entregadores parceiros que usam motocicleta e já estão cadastrados no Uber Eats podem optar por também fazer viagens de Uber Moto. Para dirigir na modalidade, o motociclista parceiro precisa ter 21 anos ou mais, ter CNH há ao menos dois anos e ter no documento a observação de atividade remunerada (EAR). A Uber também contratou um especialista para validar um protocolo de prevenção ao coronavírus específico para o Uber Moto. Entre as recomendações que serão informadas aos usuários e parceiro estão a limpeza de mãos e superfícies da moto com álcool em gel, que os usuários levem seus próprios capacetes, ou que capacetes extras sejam higienizados com produtos específicos e usados com toucas higiênicas - que podem ser fornecidas pelos condutores e reembolsadas pela Uber.

Startup oferece descontos em medicamentos

A *startup* brasileira MediPreço, que permite que colaboradores das empresas parceiras comprem medicamentos e produtos de saúde com descontos em relação ao varejo tradicional, ajudou os usuários do *app* a economizar R\$ 235.063,90 no primeiro trimestre deste ano, o que corresponde a um desconto de, aproximadamente, 64,74% por compra. Isso se dá em meio à crise econômica e sanitária causada pela pandemia do Covid-19 e, consequentemente, o aumento do consumo de medicamentos e produtos de saúde. Atualmente, no campo corporativo, a MediPreço conta com mais de 20 clientes, somando cerca de 30 mil colaboradores elegíveis. Por meio de uma plataforma de gestão de saúde contínua, a *healthtech* se diferencia no mercado pelo fato de tornar os benefícios de saúde mais assertivos nas companhias. A experiência é 100% digital e a entrega dos produtos é realizada em um *smart locker*, sem taxa de *delivery*, localizado dentro da companhia ou, em alguns casos, no endereço do usuário. Hoje a MediPreço conta com clientes como: Danone, Leroy Merlin, Laboratórios Sabin, Record TV/DF, Unimed/GO, entre outros.

CONVENIÊNCIA

Zaitt vai abrir primeira loja da rede em Belo Horizonte

Investimento médio pode chegar a R\$ 250 mil

DANIELA MACIEL

Conveniência e distanciamento social são dois atributos que nunca fizeram tanto sentido como ao longo da pandemia. Criada em 2016, a rede de lojas Zaitt - que faz parte do Grupo Sapore - viu seu conceito de lojas autônomas se encaixar perfeitamente nas necessidades dos consumidores em 2020.

“Por meio do modelo de franquia, lançado no ano passado, a Zaitt, que faz parte do Grupo Sapore, tem como meta abrir 35 lojas de conveniência por todo o País até o final do ano”

Por meio do modelo de franquia, lançado no ano passado, a Zaitt tem como meta abrir 35 pontos por todo o País até o final do ano. A primeira unidade em Minas Gerais já está contratada e em fase de escolha de ponto na Capital. Cada unidade tem entre 15m² e 25m². O investimento médio para

abertura varia entre R\$ 200 mil e R\$ 250 mil. De acordo com o CEO da Zaitt, Rodrigo Miranda, o modelo é ideal neste momento porque não existem funcionários dentro da loja e o reabastecimento é feito em horários específicos, evitando aglomerações. “O nosso modelo é apropriado para esse momento de distanciamento. A franqueadora disponibiliza o formato, a marca e o conhecimento para a operação. Damos apoio tecnológico. No Brasil, temos conveniência em postos, mas a nossa tese é de que a tecnologia possibilita o modelo. O mix é formado por lanches, produtos de consumo rápido, sorvetes, doces e alguns produtos de empório. Está faltando aquele azeite, aquele molho para o almoço, nós temos”, explica Miranda. Lojas autônomas são estabelecimentos em que o cliente não precisa passar pelo caixa para adquirir os produtos. Toda a jornada, desde a entrada, é feita com a leitura de QR Code no aplicativo da loja e é a própria pessoa que finaliza a compra, também pelo app. As unidades são instaladas em ruas de grande movimento e que tenham também fluxo residencial forte, em



Rodrigo Miranda defende que o modelo é ideal neste momento porque não existem funcionários dentro da loja

bairros de perfil social A, B e C+ das grandes cidades ou polos regionais. Além de Belo Horizonte, foram anunciadas inaugurações para Rio Claro, no interior paulista, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Brasília, Distrito Federal. Para a escolha do franqueado, alguma experiência no varejo é desejável, mas esse não é um ponto de corte de candidatos que tenham verdadeiro perfil empreendedor. “Damos o direcionamento de categorias e subcategorias, mas o refino de marcas e tamanhos tem uma característica local. Não fazemos o abastecimento, auxiliamos o franqueado no credenciamento de fornecedores e distribuidores locais, entendendo os hábitos e a conveniência de cada região. Atuamos em algumas negociações nacionais, como Ambev, por exemplo”, destaca o CEO da Zaitt.

MARKETPLACE

Plataforma Plug-In leva transformação digital para empresas de pequeno porte

DANIELA MACIEL

A virtualização das operações de varejo imposta pela pandemia mudou radicalmente o dia a dia de empresários e gestores. Entre as maiores empresas, o processo de transformação digital já estava concluído ou em pleno andamento. Já entre as menores, a baixa capacidade de investimento e o acúmulo de funções, muitas vezes, fazia do e-commerce e até mesmo ferramentas digitais mais simples, um sonho ainda para um futuro incerto. A crise econômica agravada pela pandemia, porém, empurrou os pequenos para a chamada transformação digital sem preparo e sem dinheiro. E para atender essa parcela do mercado, a plataforma mineira Plug-In reúne soluções como cashback (dinheiro de volta), pontos de fidelidade (programa de recompensa que troca pontos por dinheiro) e troco digital. De acordo com o CEO da Plug-In, Juliano Campos, o lançamento está marcado para o dia primeiro de maio. “É ajudando que somos ajudados. Vimos que existe um déficit dentro do mercado. A base é feita de pequenos comércios. A maioria só utiliza as redes para apresentar os produtos, não sabem usar as ferramentas para vendas. Somos um marketplace que não cobra

pela entrada e só ganhamos se ele ganhar. Hoje já temos mil parceiros entrando na plataforma”, explica Campos. Já estão na base da plataforma bares, restaurantes, academias, lojas de roupas e acessórios, lojas de eletrônicos, salão de beleza, clínicas de estética, padarias, madeiras, brinquedos, estúdio de tatuagem, entre outros, todos concentrados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). “Não escolhemos setores para atender, mas é nítido o destaque do varejo de alimentação. Os pequenos sofrem muito porque grande parte não fazia, sequer, delivery. Estão fazendo na marra, investindo o que não têm. Por isso só cobramos quando eles faturam com a ferramenta instalada”, pontua. E, mesmo antes do lançamento, a startup já começou a conquistar parceiros na região do Vale do Aço. “O objetivo é que os nossos ‘xerifes’ abram novas regiões, trabalhando como uma espécie de afiliados, prospectando novos parceiros. Para isso, formamos nossa equipe internamente. Estamos em uma região que oferece uma excelente mão de obra técnica, então o que precisamos fazer é burilar essas pessoas para o nosso negócio”, completa o CEO da Plug-In.



Empreendimentos com plantas flexíveis da Brasal são uma opção que tem chamado a atenção do público

CONSTRUÇÃO CIVIL

Uberlândia é a cidade com melhor performance para os negócios da Brasal

DANIELA MACIEL

Há seis anos em Uberlândia, no Triângulo, a Brasal Incorporações - construtora sediada em Brasília (DF) - tem na cidade mineira a sua praça de melhor performance, investindo em empreendimentos tecnológicos e de alto padrão. Impulsionados pela pandemia, empreendimentos com plantas flexíveis são uma opção que tem chamado a atenção do público. A possibilidade de converter suítes em salas ou escritórios ainda durante a obra vem ao encontro das necessidades das famílias que estão crescendo, encolhendo ou adotando o home office como uma prática permanente. De acordo com o gerente comercial da filial da Brasal em Uberlândia, Gustavo Cavalcante, a maioria dos pedidos de alterações na planta se dá em relação à cozinha. “A cozinha e espaços para escritório ganharam relevância haja vista que as pessoas passaram a cozinhar e trabalhar mais em casa. Em termos de custos,

para a construtora oferecer plantas flexíveis não muda nada, é apenas uma parede que vai ser erguida em lugar diferente. Já para o comprador, faz total diferença porque vai receber o imóvel pronto do jeito que ele deseja, sem a necessidade de obras posteriores, ainda mais nessa época em que não devemos receber desconhecidos em casa”, explica Cavalcante. No ano passado, o residencial “Sense Wind” apresentou aos clientes quatro opções de modificações sem custo adicional. Ainda em abril será lançado o empreendimento Duo, também oferecendo plantas flexíveis. Para 2021, a previsão da empresa é lançar R\$ 300 milhões em valor geral de vendas (VGV) em Uberlândia. “Fomos desaconselhados a vir para Uberlândia, mas sabíamos do potencial da cidade. Chegamos com novas propostas e um padrão de empreendimentos ainda muito raro por aqui. Aos poucos conquistamos a confiança das pessoas e abrimos um novo mercado. Ao ponto de

agora a cidade já receber outras construtoras com o mesmo perfil”, analisa o executivo da Brasal. **Potencial econômico** - De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Uberlândia tem cerca de 700 mil habitantes, sendo o segundo município mais populoso de Minas Gerais e o 30º do Brasil. “Uberlândia não é apenas um centro regional importante. A cidade é um centro econômico para cidades dos estados vizinhos e tem uma dinâmica social e econômica própria e pujante. Ao longo da pandemia foi a nossa praça que mais sofreu, porque vive da iniciativa privada, diferente de Brasília e Goiânia, muito mais ligadas ao funcionalismo público. Mas, ao mesmo tempo, é também a que responde mais rápido. Em qualquer momento de respiro, os negócios voltam a acontecer. Esperamos um 2021 ainda bastante difícil, mas de crescimento”, completa o gerente comercial da filial da Brasal em Uberlândia.



Campos: é ajudando que somos ajudados, existe um déficit no mercado



ORÇAMENTO

STF determina realização do censo do IBGE de 2021

Liminar concedida obriga o governo a fazer o estudo demográfico brasileiro

Brasília - O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar para determinar que o governo Jair Bolsonaro adote providências para a realização do censo demográfico de 2021. O Ministério da Economia informou na semana passada que o censo populacional deste ano estava cancelado devido a cortes orçamentários.

“Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE”

O decano do STF, no entanto, atendeu a um pedido apresentado pelo governo do Maranhão. Na decisão, o magistrado afirmou que, ao deixar de realizar o estudo este ano, em razão dos cortes, o governo descumpra a Constituição ao não organizar e manter serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional.

“No caso, cabe ao Supremo, presentes o acesso ao Judiciário, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a omissão dos réus, impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica”, disse Marco Aurélio Mello.

“Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE, no

âmbito da própria discricionariedade técnica”, acrescentou o ministro, determinando a citação da União e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para se manifestarem.

A decisão foi proferida na Ação Cível Originária (ACO) 3508, ajuizada pelo Estado do Maranhão. Na ação, o governo estadual alega que a falta de dados sobre a população pode abalar o pacto federativo e levar à perda de receitas tributárias, gerando a diminuição de transferências de verbas. Sustenta, ainda, que a não realização do censo causa desequilíbrio na viabilização de ações governamentais, em razão da dificuldade na formulação e na execução de políticas públicas, com prejuízo à autonomia dos entes federativos.

Direito à informação - Para o ministro Marco Aurélio Mello, o direito à informação é basilar para que o poder público possa formular e implementar políticas públicas, pois é por meio de dados e estudos que os governantes podem analisar a realidade do país. Ele lembrou, ainda, que a extensão do território e as diversidades regionais impõem medidas específicas.

“O censo permite mapear as condições socioeconômicas de cada parte do Brasil”, salientou. Segundo o ministro, os dados coletados auxiliam os Poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas para implementar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

O relator destacou que a União e o IBGE, ao deixarem de realizar o estudo em 2021



Marco Aurélio atendeu a uma ação ajuizada pelo Maranhão

em razão de corte de verbas, descumpriram o dever de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional (artigo 21, inciso XV, da Constituição). Com isso, “ameaçam a própria força normativa da Lei Maior”, concluiu.

Por fim, o ministro Marco Aurélio considerou que é imprescindível a atuação conjunta dos três Poderes para o cumprimento da Constituição. A seu ver, em razão do omissão constatada e da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, cabe ao Supremo impor a adoção de providências para viabilizar a pesquisa demográfica.

A liminar determina a adoção de medidas voltadas à realização do censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE, no âmbito da sua discricionariedade técnica.

Reação de Guedes - Após a decisão de Marco Aurélio Mello, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a decisão de não alocar recursos para o censo no Orçamento foi do Congresso e estaria relacionada à pandemia da

Covid-19, que dificultaria o trabalho em campo de pesquisadores do IBGE.

“Não fomos nós que cortamos o censo”, disse Guedes em rápida fala à imprensa. “Quando houve o corte no Congresso a explicação que nos deram é que, com a pandemia, o isolamento social impediria que as pessoas fossem de casa em casa transmitindo o vírus”, ressaltou. Na sequência, o ministro disse que irá se “informar a respeito”.

Após o Congresso aprovar o Orçamento, no fim de março, reduzindo de R\$ 2 bilhões para R\$ 72 milhões a previsão de despesas com o censo, a então presidente do IBGE, Susana Guerra, pediu demissão do cargo, citando motivos pessoais.

Na semana passada, o então secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, confirmou que não haverá censo neste ano, por falta de dotação orçamentária, e que a realização da pesquisa -de responsabilidade do IBGE, vinculado ao Ministério da Economia - será discutida ao longo deste ano (**Reuters, com informações do STF**)

PROTEÇÃO DE DADOS

Serviços digitais exigem credibilidade

Brasília - Especialistas, que participaram ontem do Seminário Internacional de Proteção de Dados, avaliam como imprescindível para a disponibilização de serviços públicos de forma digital a credibilidade que o governo tem junto à população, no que se refere à forma como os dados do cidadão serão utilizados e armazenados pelo poder público.

O seminário contou com a participação de autoridades de diversos países que se destacam na disponibilização de serviços por meio digital. De acordo com os organizadores, o debate é centrado no princípio de *once only* (apenas uma vez), segundo o qual a prestação de informações do cidadão ao governo ficaria centrada em apenas um canal, tornando desnecessários novos envios da mesma informação a outros órgãos governamentais.

Esse tipo de ação exige uma integração ágil entre os diferentes sistemas do governo, de forma a minimizar o tempo gasto pelo cidadão fornecendo informações ao próprio governo, avaliam os organizadores do evento.

De acordo com o secretário especial de Desburocratização,

Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade, a integração de operações possibilita o compartilhamento de dados pelos órgãos federais para aplicar as políticas públicas.

Segundo ele, a privacidade é uma questão prioritária a ser considerada ao se desenvolver esse tipo de serviço. “O Brasil vai se tornar um país digital, e o Estado vai se tornar uma entidade digital, melhorando a prestação de serviço para o cidadão. Para tanto, nosso foco é no gov.br, plataforma que une o Estado brasileiro, fazendo com que o cidadão saiba que se relaciona com um só governo”, disse o secretário.

Andrade lembrou que, quando assumiu a secretaria, a plataforma tinha apenas 1,8 milhão de contas inscritas. “Esta semana estamos comemorando 100 milhões de contas no gov.br”, destacou ao afirmar que esse tipo de serviço transforma a vida dos brasileiros, e que “tudo está sendo feito com respeito aos dados dos cidadãos”.

“A digitalização não só é necessária como é muito boa para todo mundo. O cruzamento de dados gera evidências que ajudarão a dar um norte para

as nossas políticas públicas”, acrescentou.

De acordo com o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Salin Monteiro, “a informação não pertence ao governo, e sim ao cidadão. E é ele quem está no controle”. Ele considera como “direito do cidadão” saber como seus dados estão sendo utilizados.

“É dever do Estado proteger e dar total transparência à finalidade e ao tratamento de cada um dos seus dados. No gov.br estamos não apenas definindo as políticas e esclarecendo de forma transparente os termos de uso, mas também criando plataformas que deem mais controle ao cidadão sobre seus dados, para que possa consentir ou revogar cada ação e troca de dados”, acrescentou.

Ética - Representando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Barbara Ubaldi enfatizou que o princípio ético “é o que deve ser levado em conta pelos servidores do governo no trato dos dados”. “Esses dados devem ser conduzidos por pessoas que saibam quais são as importâncias dessas

ações e do uso desses dados, que precisam ter propósito específico, privacidade, transparência e segurança para seus usuários”, disse a representante da OCDE.

Segundo ela, a atenção ao tipo de dado que pode ser compartilhado tem de estar “dentro de uma seleção de objetivos estabelecidos previamente e têm de estar de acordo com esses objetivos”.

“A sociedade precisa checar o propósito e a eficácia desses dados porque sempre há riscos”, disse.

Na avaliação do presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Gileno Barreto, a digitalização de serviços favorece o ambiente de negócios. “Estamos caminhando de um estado cartorial para um estado mais desburocratizado e digital, de forma a melhorar o custo Brasil e do ambiente de negócios. Os potenciais são fantásticos”, disse, ao destacar que o país já economizou pelo menos R\$ 2 bilhões em recursos públicos desde que começou a adotar essa prática. “O potencial (decorrente) da digitalização fará com que o país gere uma economia de mais R\$ 200 milhões nos próximos 5 anos”, acrescentou. (**ABr**)

CURTAS

Acidentes de trabalho

Vinte e oito de abril é considerado o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho. Nesta data, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) faz um alerta para os graves riscos do trabalho infantil, que já atingiram quase 30 mil crianças nos últimos 13 anos. A faixa etária mais atingida é entre 14 e 17 anos. Os riscos são diversos e incluem amputações, fraturas, intoxicações, picadas de animais peçonhentos e outros agravos à saúde enquanto crianças e adolescentes trabalhavam. Segundo dados parciais, apenas em 2020 mais de 2 mil foram afetados e dez casos chegaram a óbito. Um levantamento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) mostra que a maioria dessas vítimas trabalhava na informalidade. A legislação brasileira determina que o trabalho é permitido apenas a partir dos 16 anos, desde que não seja em condições insalubres, perigosas ou no período noturno.

Execução trabalhista

A Justiça do Trabalho realizará, de 20 a 24 de setembro, a 11ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista, evento anual de âmbito nacional. A data foi definida pela Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (Cneet) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Em 2020, em razão das circunstâncias excepcionais decorrentes da pandemia, as atividades foram promovidas em modo remoto e/ou presencial, de acordo com a situação de cada região no enfrentamento da Covid-19. A nova modalidade, no entanto, não interferiu no resultado final da edição, que movimentou mais de R\$ 1,8 bilhão. O valor foi recorde para apenas uma edição da campanha. Também faz parte do calendário de ações da Cneet para 2021 o “Seminário Lei de Recuperação Judicial e Falência: Inovações e Cooperação Jurisdicional”. O evento será realizado nos dias 10 e 11 de junho e contará com palestras de ministros do TST e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), advogados e magistrados.

Registro de imóveis

Os cartórios de registro de imóveis devem pagar, até amanhã, a cota de participação para custear a criação e implementação do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI). O recolhimento do valor, correspondente a 0,8% dos emolumentos brutos recebidos no serviço do registro no período de 1º a 31 de março, segue a determinação do Provimento nº 115/2021 da Corregedoria Nacional de Justiça. O Fundo para Implementação e Custeio do SREI foi criado a partir da Lei 14.118/2021. A legislação estabeleceu que o Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis (ONR) será o responsável pela gestão e pelo recolhimento dos recursos do fundo. Um dos objetivos do SREI é disponibilizar ponto único de acesso para que a população possa solicitar serviços de registro na forma eletrônica para qualquer cartório do Brasil.

“Ação Serasa Limpa Nome”

Ação da plataforma “Serasa Limpa Nome” oferece a oportunidade de se quitar as dívidas, negociando descontos e parcelando as dívidas com parcelas a partir de R\$ 9,90. A negociação abrange dívidas com as 50 empresas parceiras da ação, que até o momento não tem previsão de término. De acordo com um levantamento realizado pela Serasa, de fevereiro a março de 2021, o número de inadimplentes no Brasil passou de 61,56 milhões para 62,56 milhões de pessoas, um aumento de um milhão em um mês. Para a entidade, isso pode ser um reflexo do impacto da pandemia na economia. A média de débitos é de R\$ 3.903,73 cada. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná apresentaram o maior número de negativados. As consultas podem ser feitas de forma gratuita nos seguintes canais: *site serasalimpanome.com.br*, aplicativo Serasa no Google Play e na App Store, além do Whatsapp no número 11-99575-2096 e por ligação gratuita para 0800 591 1222.

Contencioso tributário

O Instituto de Ensino e Pesquisa, Insper, foi o primeiro colocado no processo seletivo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para contratação de entidade que desenvolverá pesquisa sobre o contencioso tributário brasileiro no âmbito judicial. Este é o tema da quinta edição da série Justiça Pesquisa, que, pela primeira vez, contempla um único campo temático de um ramo específico do direito. No diagnóstico a ser elaborado, a instituição deverá indicar causas que impedem o contencioso judicial de ser mais efetivo. Os pesquisadores também deverão propor soluções para os empecilhos à efetividade levantados na pesquisa. A execução do objeto da pesquisa será acompanhada por comissão especialmente designada pelo CNJ, que anotará em registro próprio todas as ocorrências ao longo do levantamento.



Cartas de Celso Furtado

O Sempre Um Papo segue com a programação de 2021, ano de comemoração dos 35 anos do projeto. Hoje, às 19h, Afonso Borges recebe a jornalista Rosa Freire d’Aguiar para falar sobre o livro, organizado por ela, “Celso Furtado Correspondência intelectual: 1949-2004” (Companhia das Letras). Angelo Oswaldo, jornalista e chefe de Gabinete de Celso Furtado, em sua gestão no Ministério da Cultura, e atual prefeito de Ouro Preto, também participará da conversa. Essa será mais uma edição do #SempreUmPapoEmCasa, com acesso gratuito e transmissão no Youtube, Instagram e Facebook do Sempre Um Papo. Com cartas de mais de 80 interlocutores brasileiros e estrangeiros, esta seleção de cerca de 15 mil cartas do acervo pessoal de Celso Furtado, organizada por Rosa Freire, oferece um panorama iluminador do pensamento de Furtado e dos debates intelectuais que movimentaram a segunda metade do século XX.

Bate-papo com Flávio Venturini

A Fundação Clóvis Salgado, por meio do Coral Infantojuvenil Palácio das Artes, um projeto de formação ligado à gerência de Coros do Centro de Formação Artística e Tecnológica (Cefart), realiza hoje uma roda de conversa com o compositor, cantor e multi-instrumentista, Flávio Venturini. O evento acontecerá às 14h, no Canal do Youtube da FCS, e contará, também, com os mediadores Bruno Thadeu, Regente do Coro, e Breno Rodrigo, integrante do Coral Infantojuvenil e estudante do curso de piano do Cefart. Após participação especial em vídeo do Coral Infantojuvenil no ano passado, em que a música “Espanhola”, parceria de Venturini com Guarabyra, ganhou novo arranjo, ele se reúne novamente com o grupo. A vida do compositor, a interação com outros cantores e a experiência na participação remota na gravação, em 2020, serão o foco do bate-papo.

Dia da Dança

A Fundação Clóvis Salgado, por meio da Cia. de Dança Palácio das Artes (CDPA), lança o inédito vídeo “Casa”, que reúne os bailarinos da CDPA de forma remota em uma reflexão acerca do espaço em que habitamos e construímos laços afetivos. Além de estimular um delicado e potente olhar voltado para o ambiente residencial em tempos de pandemia, o vídeo homenageia o Dia Internacional da Dança, celebrado em 29 de abril. A produção será exibida hoje, às 9h, pelas páginas da Fundação Clóvis Salgado no Instagram e no Facebook, com direção de Ivan Sodré, bailarino da Cia. de Dança Palácio das Artes. A nova produção da Cia. de Dança Palácio das Artes dialoga com a vivência limitada ao ambiente residencial durante a atual crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19.

“Cinema do Senegal”

A edição de abril do Cine Club Virtual “Bande à Part”, realizado pela Aliança Francesa, apresenta o Ciclo “Cinema do Senegal”, com filmes em homenagem ao cineasta Ousmane Sembène. Os amantes da sétima arte que se inscreverem recebem a indicação das plataformas de streaming para assistir os longas e o link para o encontro virtual, no qual haverá um debate sobre eles, hoje, às 18h. Neste mês, os filmes participantes são: Emitai (1971), Xala (1975) e Ceddo (1977). O clube é voltado para todas as pessoas interessadas em compartilhar suas vivências acerca de filmes franceses e francófonos. A iniciativa tem o objetivo de promover entretenimento, o compartilhamento de experiências, além de aproximar o público de produções francôfonas, que nem sempre chegam às telas no Brasil

Produção de oxigênio

O Centro Universitário Newton Paiva realiza hoje, às 18h, um webinar sobre a produção em escala industrial do gás oxigênio, que é um dos principais insumos utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19. O objetivo do evento é discutir sobre as etapas e os desafios da produção, bem como a importância de sua pureza para o uso hospitalar. O convidado para falar sobre o assunto é o professor doutor e ex-chefe do Departamento de Química da UFMG, Dario Windmoller. O especialista desenvolveu seu trabalho de doutorado no GKSS Research Center na Alemanha e tem vasta experiência na área da Química de Interfaces, em processos de separação por membranas. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela página da instituição no Symppla.

Palácio das Artes exhibe “Imagens Resolutivas”

Devido às restrições adotadas para conter a pandemia da Covid-19, a Fundação Clóvis Salgado anuncia ação inédita que conecta a 4ª edição do Festival Internacional de Fotografia de Belo Horizonte (FIF-BH) ao público, de forma presencial e segura, por meio da ocupação urbana. A partir de hoje, 25 imagens de 12 fotógrafos selecionados pelo FIF-BH serão plotadas nos vidros da fachada do Palácio das Artes, e no outdoor localizado na junção da fachada com o Parque Municipal Américo Renné Giannetti. A ação configura uma estratégia para aproximar o público das fotografias do festival, que tem como tema “Imagens Resolutivas”, e conta em sua totalidade com obras de 43 artistas selecionados, entre fotógrafos, artistas visuais e videomakers.

A ocupação proposta busca realizar uma ligação das imagens selecionadas com o ambiente urbano, extrapolando as paredes das Galerias e democratizando o acesso às imagens. Com realização e curadoria de Bruno Vilela e Guilherme Cunha, ambos artistas e pesquisadores, em parceria com a pesquisadora Patrícia Azevedo, as exposições completas do FIF-BH já estão montadas em três galerias do Palácio das Artes (Galeria Genesco Murta, Galeria Arlinda Corrêa Lima e Galeria Aberta Amilcar de Castro) e na CâmeraSete – Casa da Fotografia de Minas Gerais, e serão abertas para visitação tão logo as condições sanitárias atingirem um patamar seguro para a reabertura dos espaços culturais.

As obras selecionadas para a fachada do Palácio das Artes fazem parte de um recorte curatorial da mostra completa, que conta com fotografias das séries “Sob ataque”, de Paulo Fehlauer e Rodrigo Marcondes (Brasil), “História depois do apartheid”, de Haroon Gunn-Salie (África do Sul), “59 retratos da juventude negra brasileira”, de Edu Simões (Brasil),



DIVULGAÇÃO

“Contar contos” (foto), de Lebohang Kganye (África do Sul), “Garotas do calendário”, de Julia Gunther (Alemanha), “Nantu”, de Pablo Albarença (Uruguai), “Cimarrón”, de Charles Fréger (França), “Heróis do brilho”, de Federico Estol (Uruguai), “Utopia plástica”, de Henri Blommers (Holanda), “Chicarron”, de Hiro Tanaka (Japão), “Regras ocultas separadas”, de Makoto Oono (Japão), e “Mundos em construção”, de Nicolas Henry (França).

Em dimensões poéticas e propositivas, as imagens apresentam reflexões que debatem desde o campo da biodiversidade planetária, até questões de resgate de memória ancestral, pensando no campo dos valores simbólicos. O transeunte poderá observar imagens que refletem acerca da superprodução de plástico no nosso meio ambiente, do sucateamento dos direitos humanos e domínio de estruturas de poder, do racismo estrutural na sociedade brasileira, e da noção de identidade e memória, com destaque para os valores e mitologias locais.

Reflexões - Todas as fotografias propõem reflexões sobre os modelos de organização política e social vigentes, convidando o público à reflexão. A denominação “Imagens Resolutivas”, que dá nome à 4ª edição do festival, se refere às figuras que apontam cami-

nhos, soluções e saídas para os problemas enfrentados coletivamente: que tencionam nossa compreensão e atuação no mundo. O termo foi cunhado pelo agricultor e líder quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), no Festival Internacional de Fotografia de Belo Horizonte (FIF-BH) em 2017.

O FIF-BH recebeu um total de 1.745 inscrições, de artistas dos cinco continentes – sendo selecionados nomes de 19

lagem de lambe-lambes em diferentes regionais de Belo Horizonte, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura. O quarto formato, presencial, ocupará a fachada do Palácio das Artes ainda nessa semana, e as galerias da FCS em breve, conforme permissão para a abertura dos espaços culturais de Belo Horizonte.

Para Bruno Vilela, as atividades do FIF-BH buscam estreitar a distância do público com as imagens, contornando as dificuldades do isolamento social. No entanto, segundo o curador, a exposição virtual não comporta a dimensão das imagens no espaço presencial. “A parceria com a FCS é muito importante para que consigamos as condições ideais da mostra. É extremamente válido que esse espaço institucional exista, para que os pensamentos gerados pelas imagens do FIF façam parte do cotidiano do público de forma mais próxima”, declara.

Segundo Guilherme Cunha, o contato presencial com a obra de arte é insubstituível, e carrega um valor empírico muito forte no meio das artes plásticas. “Ver uma obra no âmbito presencial implica em todos os sentidos participarem da experiência, para que haja uma transformação simbólica na mente do público. O meio digital não supre, de forma mais ampla, a experiência do espaço”, discorre o curador.

“Ver uma obra no âmbito presencial implica em todos os sentidos participarem da experiência, para que haja uma transformação simbólica na mente”

países: Brasil, Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, EUA, Uruguai, Espanha, África do Sul, Holanda, Japão, Kuwait, Polônia, Estônia, Ucrânia, Itália, Grécia, Colômbia e Índia. O festival foi diversificado com a intenção de abarcar todas as possibilidades de fruição da imagem: contou, além da exposição on-line, que ocorreu entre os dias 7 e 12 de dezembro 2020 pelo site www.fif.art.br, com a distribuição de imagens no formato postal e com a co-

Mary Del Priore aborda José Bonifácio

O presidente da Academia Mineira de Letras (AML), Rogério Faria Tavares, conduz hoje a conversa “As Vidas de José Bonifácio”, com a historiadora e escritora Mary Del Priore, autora de livro homônimo. Em formato de entrevista e transmitido ao vivo pelo YouTube da AML, o público poderá conferir a exibição às 19h30. O conteúdo integra o projeto especial “22 entrevistas no Bicentenário da Independência”.

Conhecido como o patriarca da Independência, José Bonifácio tornou-se uma das personalidades fundamentais para a compreensão do contexto histórico em que se insere o 7 de setembro de 1822. Dotado da curiosidade que o fez viajar pelo mundo, também era extremamente ambicioso. Desejou conquistar o mundo e alcançou mais do que as circunstâncias

podiam lhe oferecer.

Pesquisadora incansável, respeitada em todo o País, Mary Del Priore estudou a fundo a trajetória de Bonifácio para apresentar, na conversa com Rogério Faria Tavares, uma apurada análise de seu papel na história do Brasil e de seu legado.

No centenário da Independência do Brasil, em 1922, vários historiadores escreveram biografias elogiando e louvando José Bonifácio, sem a preocupação de fornecer uma informação mais complexa sobre a sua vida.

A partir do ano 2000, começaram a ser publicados estudos mais completos, realizados a partir de suas ideias políticas e seus interesses científicos, o que enriqueceu profundamente o repertório de conhecimentos sobre a sua contribuição para a história brasileira, numa

perspectiva mais sofisticada.

O bicentenário da Independência do Brasil será celebrado em 2022. Considerando a importância da data, a Academia Mineira de Letras preparou uma programação de um ano e meio para falar sobre o assunto. O projeto “22 entrevistas no Bicentenário da Independência” conta com bate-papos conduzidos pelo presidente da AML, Rogério Faria Tavares, e convidados que são referências nos assuntos abordados. As transmissões serão pela plataforma Zoom e poderão ser acompanhadas pelo YouTube da AML.

Além das palestras on-line inéditas que integram a programação 2021, a Academia Mineira de Letras disponibiliza mais de 200 palestras já realizadas para que o público possa ver e rever.

Mary Del Priore é autora de mais de 50 livros sobre a História do Brasil e vencedora de mais de 20 prêmios nacionais e internacionais, entre os quais três Jabutis. Colabora com jornais científicos e não científicos, nacionais e internacionais. É membro da Academia Carioca de Letras, do Pen Clube do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de órgãos internacionais, como a Academia Real de História da Espanha. Ex-professora de história da USP e da PUC Rio, atualmente leciona no curso de pós-graduação em história da Universidade Salgado de Oliveira.